



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 074

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 074**SUMÁRIO**

Atos da Presidência	02
Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão Ordinária	03
Expediente:	
Mensagem	04
Relatório	06
Requerimentos	14
Projetos de Lei	23
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	26
Dep. Reni Pereira	26
Dep. Tadeu Veneri	27
Dep. José Domingos Scarpellini	28
Representante dos Aposentados e Pensionistas:	
Sra. Norma Ferrari	29
Interpelações:	
Dep. Ângelo Vanhoni	30
Dep. Elza Correia	30
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri	27
Dep. André Vargas	36
Liderança do PDT:	
Dep. Neivo Beraldin	31
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni '	33
Liderança do PFL:	
Dep. Elio Rusch	37
Liderança do PMDB:	
Dep. Rafael Greca	39
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni	34
Liderança do Governo:	
Dep. Rafael Greca	39
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	41
Encerramento da Sessão Ordinária.....	42
Publicações:	
Diretoria Geral:	

Portarias	42
Portarias - DAT	42
Procuradoria Geral:	
Despacho	43
Programa de Demissão Voluntária:	
Pedido de Adesão	44

ATOS DA PRESIDÊNCIA:**ATO DO PRESIDENTE Nº 01/2005**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do Título II, Seção III, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituída a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 17 de maio de 2005, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, com o objetivo de criar mecanismos de apoio técnico-político entre o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais de todo o Brasil; implantar frentes parlamentares da infância e adolescências; adotar o orçamento criança; fixar estratégias de monitoramento dos recursos orçamentários e fiscalização do cumprimento das respectivas políticas públicas; criar um canal constante de troca de experiência entre as casas legislativas; acompanhar de forma sistemática e sincronizada as propostas legislativas de interesse da criança e do adolescente; instituir parcerias e intercâmbios com a sociedade civil na garantia dos direitos infanto-juvenis e apoiar e estabelecer alianças com os conselhos de direitos e conselhos tutelares.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 02/2005

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do título II, Seção III, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno

D E C L A R A :

Constituída a Frente Parlamentar Especial para investigar a situação da Fazenda Boito, em Matelândia, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 29 de junho de 2005, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch,

composta pelos Deputados Elio Rusch, Delegado Bradock, Elton Carlos Welter, Reni Pereira e Dobrandino da Silva, para, no prazo de 90 (noventa) dias, investigar, porque ainda não foi procedida a reintegração de posse, já determinada pelo Poder Judiciário, da Fazenda Boito, localizada no Município de Matelândia, invadida por agricultores sem-terra há mais de um ano e cujos proprietários não podem, ao menos, adentrar na propriedade.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 03/2005

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do título II, Seção III, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno

D E C L A R A :

Constituída a Frente Parlamentar de Acompanhamento aos Processos de Instalação e Concessões das Centrais Hidrelétricas no Estado do Paraná, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 28 de junho de 2005, de autoria dos Srs. Deputados Delegado Bradock, Cida Borghetti, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Chico Noroeste, André Vargas, José Maria Ferreira e Luciana Rafagnin, para apurar os processos de concessões das obras das centrais; acompanhar a aplicação das legislações ambientais em especial a Resolução da Conama nº 302/2002; acompanhar os processos de negociação junto ao TRACTEBEL e demais empresas, bem como, todo e qualquer assunto que envolvem as centrais hidrelétricas; acompanhar os processos das centrais hidrelétricas já instaladas e aquelas a serem instaladas, com ou sem concessão, no Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 04/2005

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do título II, Seção III, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Especial de Investigação - CEI, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 21 de junho de 2005, de autoria dos Srs. Deputados Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães, Cesar Seleme, Delegado Bradock, Ailton Araújo, Jocelito Canto, Ademir Bier, Rafael Greca, Elza Correia, Durval Amaral, José Domingos Scarpellini, Geraldo Cartário, Valdir Rossoni, Pedro Ivo Ilkiv, Francisco Bühner, Nereu Moura, Barbosa Neto e Reni Pereira, composta por 7 (sete) mem-

bros, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar os graves problemas relacionados com os caça-níqueis e jogos de azar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

069ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2005

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Carlos Simões.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Ademir Bier, Chico Noroeste, Elton Carlos Welter, Marcos Isfer, Natálio Stica e Nelson Garcia (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes de procedermos a leitura da Ata da Sessão anterior, queremos dar as boas-vindas aos nossos aposentados, aos nossos representantes dos aposentados e pensionistas do Estado.

A Casa é de vocês.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 030/2005

Curitiba, 20 de julho de 2005.

Em conformidade com o preceito contido no artigo 64, inciso II, da Carta Estadual, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. para ser submetida à elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, a inclusa proposta de Emenda Constitucional objetivando alterar os artigos, 68, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107 e 108 e revogar os artigos 103, 104 e parágrafo 1º do artigo 107, e, também, os artigos 29 e 44, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, todos da mesma Carta Constitucional.

A Emenda Constitucional em referência é indiscutivelmente oportuna e necessária, tendo em vista que, após promulgada e de acordo com estudos realizados pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dar-se-á pleno cumprimento aos preceitos da Magna Carta Federal, emendados da Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004.

Com as modificações à Carta Estadual, aqui proposta e consubstanciadas, serão adotadas medidas no sentido de que a Constituição do Estado do Paraná guarde total harmonia com a Carta Magna, buscando, com preceitos devidamente amoldados, fiel obediência aos mandamentos constitucionais novos, advindos da Emenda 45, todos de altíssimo significado, entre os quais o da extinção dos Tribunais de Alçada dos Estados, incorporando-os aos Tribunais de Justiça.

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembléia Legislativa a ora formulada proposta de Emenda, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA **Gabinete do Presidente**

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Os artigos 68, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107 e 108 da Constituição Estadual passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68...

I -...

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.

Art. 93...

I -...

II - revogado;

III -...

Art. 94...

Parágrafo Único. No Tribunal de Justiça haverá um órgão especial, integrado por vinte e cinco desembargadores, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais, delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se a metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

Art. 95. Um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

§ 1º Os integrantes do quinto constitucional serão indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Art. 96. ...

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em Direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.

II -...

a)...

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presença no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento oficiais ou reconhecidos;

d) a lista de promoção por merecimento será formada pelos três juízes mais votados pelo órgão competente, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça o respectivo provimento;

e)...

f) na apuração de antigüidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

g)...

h) não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

III -...

V - o acesso ao Tribunal de Justiça far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância;

VI - previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecimento por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

VII -...

IX - o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do Tribunal;

X - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do Tribunal de Justiça ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;

X-A - a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas a, b, c, e, e h do inciso II;

XI - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse à informação.

XII - as decisões administrativas do Tribunal de Justiça serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XIII - a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas as férias coletivas nos juízos e no Tribunal de Justiça, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;

XIV - o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

XV - os servidores receberão delegação para prática de atos de administração e de atos de mero expediente sem caráter decisório;

XVI - a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição;

XVII - as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça;

XVIII - o Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo;

XIX - o Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

Art. 97. ...

Parágrafo Único. ...

I - ...

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Art. 98. ...

§ 1º ...

a) Se o Tribunal não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustado de acordo com os limites estipulados na forma do parágrafo 1º deste artigo;

b) Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do parágrafo 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual;

c) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

§ 2º ...

Art. 99. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça:

I - ...

II - elaborar seu regimento interno, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos órgãos jurisdicionais e administrativos;

III - organizar sua Secretaria e serviços auxiliares;

IV - ...

V - conceder férias, que não poderão ser coletivas, licenças e outros afastamentos a seus membros e servidores.

Art. 100. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de desembargadores, em número fixado em lei, nomeados entre os juízes de última instância, observando o disposto nos artigos 95 e 96, V, desta Constituição.

Art. 101. ...

I - ...

a) a alteração do número de seus membros;

b) ...

II - prover, na forma prevista na Constituição Federal e nesta, os cargos de magistratura estadual, de primeiro e segundo graus, incluídos os de desembargador, ressalvada a competência pertinente aos cargos do quinto constitucional;

III - ...

VII - ...

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, os deputados estaduais, os juízes de direito e juízes substitutos, os secretários de Estado, os membros do Ministério Público e os prefeitos municipais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, e, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado;

b) ...

VIII - julgar em grau de recurso os feitos de competência da justiça estadual, salvo os atribuídos, por lei, aos órgãos recursais dos juizados especiais;

IX - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei.

Art. 102. Revogado.

Art. 103. Revogado.

Art. 104. Revogado.

Art. 105. ...

Art. 106. Além de outros enumerados em lei, constitui requisito de inscrição no concurso de ingresso na carreira ser bacharel em Direito.

Art. 107. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

§ 1º Revogado.

§ 2º ...

Art. 108. ...

§ 1º ...

§ 2º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares do Estado nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri, quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto ou da patente dos oficiais e da graduação dos praças;

§ 3º Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.

Art. 2º Revogam-se o inciso II do artigo 93, os artigos 102, 103, 104 e o parágrafo 1º do artigo 107, da Constituição Estadual e os artigos 29 e 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 3º Ficam excluídas a seção III e a expressão "Do Tribunal de Alçada", do Capítulo III, do Título II da Constituição Estadual.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação".

À Diretoria Legislativa.

Relatório

Respostas do Superintendente da APPA ao Relatório da ANTAq

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Rafael Greca de Macedo oferece à Mesa, as respostas do Superintendente da APPA ao relatório da ANTAq, para publicação no Diário da Assembléia.

Dado na Sala de Sessões, 01 de agosto de 2005.

(a) RAFAEL GRECA

QUESTÕES DA ANTAq RESPONDIDAS PELA APPA

1. Dragagem

A dragagem de manutenção que acontece hoje no Porto de Paranaguá deve-se ao trabalho desta administração portuária em rever o contrato - dolarizado pela antiga administração - que prevê a manutenção das profundidades, com aceitação de índices de tolerância, segundo prevêm normas internacionais. Desde o início da atual gestão, o Superintendente da APPA, preocupado com gastos extremos vinculados aos serviços de dragagem de manutenção, buscou uma forma de minimizar o impacto que os pagamentos das operações de dragagem causavam aos cofres públicos. Foi através da reformulação do contrato firmado entre a Autarquia e a empresa responsável pelo serviço, que foi possível obter uma economia de R\$ 7,2 milhões. Depois de cinco anos, o contrato para dragagem de manutenção foi finalizado. Em breve novo processo de licitação deverá ocorrer. A Diretoria Técnica da APPA é a responsável pela fiscalização e acompanhamento das operações de dragagem.

2. Batimetria e sinais náuticos

A APPA encerrou em maio os serviços de batimetria realizado pela empresa MICROARS e em relação ao segundo item: já está concluída a licitação para contratação de empresa especializada para manutenção da sinalização náutica. A empresa TECNIMPORT Equipamentos e Serviços Ltda terá até março do próximo ano para concluir os serviços por um valor de R\$ 1.029.762,16 (um milhão, vinte e nove mil, setecentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos).

3. Transgênicos

A movimentação de produtos geneticamente modificados somente pode ocorrer obedecendo-se as disposições previstas na Lei nº 10.711 de 05 de agosto de 2003, que define alguns aspectos de ordem operacional tais como identificação, rotulagem e condições de segregação, de forma a não haver a contaminação de produtos. A movimentação de produtos convencionais e geneticamente modificados através do Complexo do Corredor de Exportação significaria a contaminação dos produtos tendo em vista a utilização de sistemas transportadores e embarcadores de navios comuns.

A APPA, em consonância com as diretrizes do Estado, adotou a política preventiva, não só no sentido de preservação da vida humana, em razão do desconhecimento dos reais perigos que poderão advir do consumo de produtos geneticamente modificados, mas especialmente, em razão da adoção de política econômica mais adequada aos interesses dos pequenos e médios agricultores do Estado do Paraná e do Brasil. Para tanto, já foram e ainda estão sendo, profundamente analisados aos *cases* Canadá e as políticas de mercado e agrícolas europeias e asiáticas.

4. Manutenção das instalações portuárias

Na administração passada, um navio destruiu parcialmente o berço 213. A seguradora não quis cobrir o acidente e a APPA acionou-a judicialmente. No princípio, os operadores participaram da recuperação do berço, mas passada a safra, a APPA assumiu integralmente a obra e licitou as melhorias. Mas, no momento em que a ANTAq questionava este ponto, sabia-se que aquele problema havia sido herdado da administração passada que fechou os olhos e passou adiante o problema. Hoje está tudo resolvido e o berço do Corredor de Exportação está em operação normal.

5. Limpeza e saneamento das instalações

A situação deixada pela antiga administração portuária - embora gastasse US\$ 1 milhão - em relação à limpeza do porto era caótica. Estas questões foram resolvidas com a contratação dos trabalhadores do Sindicato do Bloco, recuperando a mão-de-obra esquecida há anos. A conservação e limpeza das áreas na faixa do cais e no centro administrativo está sendo feita por empresa contratada por meio de licitação. Já os trabalhadores do

Bloco atuam no Corredor de Exportação e Silo vertical. O controle de zoonoses foi assumido pela APPA e hoje os portos do Paraná são os únicos do País autorizados pelo IBAMA para captura e abate de pombos.

6. Retirar-se da prestação dos serviços

Considerando que a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário são realizadas pelos Operadores Portuários, ou seja, as pessoas jurídicas pré-qualificadas para o exercício dessas operações dentro da área do porto organizado; considerando ainda que o porto não presta serviço como Operador Portuário porque não tem relação direta com nenhum cliente, concluímos que o serviço do porto é a disponibilização da infra-estrutura, cobrando desta forma, tarifa de seus usuários. Condição entendida pela ANTAq.

7. Arrendamento

Quanto ao Programa de Ampliações de Instalações Privadas, cabe ressaltar que esta administração, independentemente das pressões políticas, somente estará liberando investimentos de acordo com o preceituado na Lei nº 8.630, e demais disposições, bem como a legislação vigente, de forma que o Estado aja como regulador do sistema, evitando a criação de cartéis e monopólios que possam vir a prejudicar a economia do Estado e do País.

8. Reestruturação administrativa e organizacional

Quanto à desorganização administrativa, cabe informar que a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina passou por grandes mudanças de forma a corrigir não conformidades administrativas e institucionais, deixadas pelo governo anterior, com propósito de fazer cumprir as obrigações legais.

A estrutura administrativa atual da APPA, implementada na década passada, foi concebida quando a APPA atuava diretamente na prestação de serviços de capatazias nas operações portuárias. Daquela oportunidade até os dias de hoje, inúmeras mudanças institucionais, organizacionais, operacionais e legais, ocorreram. No âmbito operacional, podemos mencionar a passagem da operação portuária à Operadora Portuários Privados, a concessão de operação de contêineres, a exploração de atividades e movimentação de cargas, veículos, e a concessão de diversos armazéns da faixa portuária, até então operados pela APPA. Outras mudanças tais como a permissão para alfandegamento de áreas dentro da faixa portuária, bem como a licitação de áreas para construção de novos terminais portuários privados, para movimentação de graneis sólidos, carga geral e produtos líquidos a granel. Com relação aos aspectos organizacionais, de 95 até os dias de hoje, o efetivo da APPA foi reduzido quase pela metade, principalmente nos últimos anos, com os Planos de Demissões Voluntárias. Já com relação aos aspectos institucionais por força da Lei de Modernização

dos Portos, inúmeras mudanças levaram a APPA a adotar um novo modelo de gestão como autoridade portuária, onde o Governo vem atuar como gestor das atividades portuárias com poderes de regulador e fiscalizador do seu entorno. Esta situação comprometeu a estrutura organizacional da APPA e obrigou-nos a promover uma nova orientação, de forma a ajustar o quadro efetivo às novas atividades da autarquia. Novas funções são requeridas para execução dos serviços para regulador e fiscalizador dos serviços portuários. Esta situação implica também na implementação de novas funções de ordem administrativa e de gestão, em função da necessidade de um modelo administrativo mais ágil e funcional, bem como em função do enxugamento da autarquia. É importante lembrar que a APPA passou a ter também novas soluções tecnológicas que, através de atributos integrados com funções específicas para operação portuária, permitem melhores condições de controle e fiscalização da movimentação de navios, cargas, e da operação portuária propriamente dita. Com o aumento da complexidade dos processos e rotinas na busca da eficácia em um ambiente competitivo, vários conceitos tiveram que ser revistos, planejados, debatidos e criados. Dessa forma a APPA passou a fazer uma análise completa e consistente, concebida de acordo com os mais modernos padrões de atendimento, de forma a poder oferecer todo o ferramental necessário para assegurar os melhores resultados nos processos administrativos, tais como em suprimento, manutenção, pessoal, etc, permitindo assim um sensível aumento na performance e rentabilidade das operações. Não se trata apenas de uma reestruturação administrativa, mas de uma grande mudança de conceitos e na forma de gestão, pois engloba conceitos e funções de grande relevância para o processo de tomada de decisões das organizações.

Atualmente vencemos as fases de revisão, debates e planejamento da nova estrutura organizacional da APPA, que não somente trará a incorporação de soluções tecnológicas, mas principalmente reestruturação do quadro, com o dimensionamento de funcionários por atividades, descrição de cargos, nova edição do Plano de Cargos e Salários, metodologia para instituir o Plano de Avaliação de funcionários, bem como a elaboração de um concurso público para preencher vagas nas áreas mais carentes da empresa.

Diversas medidas foram implementadas, tais como o ajustamento de contratos e serviços não conformes, ajustes institucionais de forma a passar a atender a legislação trabalhista vigente, e principalmente a execução de manutenção da infra-estrutura existente, há anos deixada ao acaso, de forma a atender as crescentes demandas deste segmento do agronegócio.

9 - Meio Ambiente

Paranaguá é o único porto brasileiro que obteve, junto ao IBAMA, após insistente comprovação técnica, uma Autorização Ambiental para o Manejo de Pragas, garantindo o extermínio adequado de aproximadamente

oito mil pombos (*Columba Livia*) e de quinze mil ratos em seis meses, devendo prosseguir tais medidas permanentes por mais seis meses. Tal medida garantiu que nos últimos seis meses não tenha havido nenhuma ocorrência de ratos em porões de carga de navios, o que anteriormente ocorria com grande frequência.

Quanto aos licenciamentos ambientais de operação e de ampliação da infra-estrutura portuária, que a APPA jamais providenciou nas administrações passadas, a situação é a seguinte: foram recentemente obtidas, junto ao IAP, as Autorizações Ambientais para as obras de remodelagem do cais e berços, bem como para as intervenções de terraplenagem e pavimentação da Vila da Madeira. As Licenças Prévias para construção do silo horizontal para armazenagem de grãos (107.800 ton.) e para o Parque Logístico Aduaneiro (implantação de trinta novas empresas) foram igualmente obtidas recentemente, junto ao IAP. Para a realização das obras de ampliação de capacidade (cais oeste - 830 m), a APPA realizou e protocolizou em 12/11/2004, junto ao IBAMA, o EIA/RIMA correspondente, que encontra-se em análise naquele Instituto.

Ainda, para a obtenção das Licenças de Operação dos portos de Paranaguá e de Antonina, junto ao IBAMA, está sendo realizado um PCA - Plano de Controle Ambiental, que deverá estar concluído até o final do mês de julho/2005. Ademais, a APPA passou a exigir, visando um maior controle ambiental das operações privadas na área primária e retro-área, a necessidade de que os diversos empreendimentos relacionados com as operações portuárias passassem pela análise técnica do GAMAR antes da liberação das licenças ambientais fornecidas pelo IAP.

Quanto à padronização dos procedimentos de manejo de resíduos diversos, a APPA está organizando regulamentos, sob a forma de Ordens de Serviços, que após sancionadas deverão ser cumpridas por todos os operadores portuários, quanto a: coleta, transporte e destino final de resíduos de navio; varrição, acondicionamento e destino final de resíduos de varrição da faixa portuária; recepção, transporte e tratamento final de resíduos de águas oleosas de navios; recepção, transporte e tratamento final de águas e sedimentos de lastro de navios.

A APPA está desenvolvendo a concepção organizacional e funcional de um CEDA - Centro de Excelência em Defesa Ambiental, o qual terá como objetivos: a prevenção, a remediação, a pesquisa e o desenvolvimento de procedimentos ambientais, bem como a de garantir as relações entre o porto e a comunidade, através de treinamentos, ações sociais, divulgação e educação ambiental permanente.

10 - ISS

O Juiz de Direito, Hélio Arabori, determinou que a Prefeitura de Paranaguá não emita mais autuações contra a APPA envolvendo a discussão sobre o pagamento do Imposto Sobre Serviços (ISS). A decisão do juiz vale até

que seja apreciado o pedido feito pela autarquia para depósito em juízo dos valores do ISS considerados corretos e justos, conforme cálculos realizados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) em parceria com a APPA. A ação busca, ainda, declarar como incidente do ISS apenas as receitas operacionais decorrentes da atividade econômica da Autarquia Portuária e não sobre alguns itens que compõem a base de cálculo da Prefeitura, como INFRA-PORT, INFRAMAR e INFRACAIS.

A Ação de Repetição de Indébito ajuizada no dia 23 de junho pelo Porto contra a Prefeitura, tem o objetivo de anular os quatro autos de infração lavrados pelo Município com repetição do tributo que teria recolhido a mais - de forma indevida - nos últimos dez anos, gerando, segundo o Procurador Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, um passivo de R\$ 6 milhões a favor da APPA. Além disso, explicou Botto de Lacerda, a suspensão do pagamento do ISS pela APPA entre dezembro e junho deste ano - conforme estimativa da PGE - gerou uma soma de R\$ 200 mil e não R\$ 1 milhão, como afirma a Prefeitura.

11 - INSS

Um dos argumentos apresentados no projeto de Decreto Legislativo que busca cancelar o convênio de delegação do Porto de Paranaguá ao Governo Federal é de que a administração portuária será inadimplente junto ao INSS. Uma informação que não corresponde à verdade. Só em julho, foram pagos R\$ 445 mil à Previdência.

Na verdade o que existe é uma dívida do governo anterior herdada pela atual administração portuária. Em julho de 2001, o Porto entrou em um “pacote” juntamente com outros órgãos estaduais, que tiveram suas dívidas consolidadas e pagas em parcelas mensais.

Essas parcelas são pagas rigorosamente em dia e comprovadas por documentos oficiais. As parcelas da dívida sofrem correção monetária pelos índices oficiais da previdência social, alterando a cada mês o valor pago ao INSS.

Com as finanças saneadas pela atual administração, o Porto tem cerca de duzentos milhões de reais em caixa, mantém suas contas em dia, honra seus compromissos fiscais e tem condições de assumir projetos importantes para infra-estrutura.

Uma dívida acumulada pelas administrações anteriores, que virou uma bola de neve e que alcançou valores que eram impagáveis e assim, foram negociados parcelamentos de 20 anos dessa dívida. A atual Administração, mesmo não tendo contraído essa dívida, está pagando religiosamente em dia. Para se ter uma idéia, no primeiro dia deste mês, a APPA pagou a 43ª parcela, de um total de 240, recolhida para a Secretaria da Fazenda do Estado, que é o órgão que está coordenado a gerenciamento desta dívida negociada entre o Governo estadual e a União.

12 - Contencioso Trabalhista

A Administração Eduardo Requião iniciada a partir de janeiro de 2003, herdou uma dívida trabalhista de aproximadamente R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) decorrentes de milhares de ações trabalhistas, sendo que atualmente encontra-se no patamar de R\$ 88.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais).

Essa diminuição é decorrente das medidas tomadas pela atual administração, como por exemplo a Ação Coletiva RT nº 636/1990, que foi ajuizada por um grupo de 647 arrumadores e estivadores, a qual requeria o reconhecimento de vínculo com a APPA, que apresentava um cálculo final de R\$ 145.376.957,82. Contudo foi ajuizada uma ação rescisória perante o C. TRT da 9ª Região, sendo que o acórdão regional desconstituiu a sentença de mérito, excluindo a condenação contra a APPA.

Observa-se que no ano de 2002, foi pago, em indenizações trabalhistas, a quantia de R\$ 8.834.241,81. Já em 2003 foi paga a quantia de R\$ 4.404.502,00. Em 2004 foi pago o equivalente a R\$ 5.599.543,97.

A nova administração implantou em 2003, o turno de seis horas para os trabalhadores que prestam serviços ligados diretamente aos setores operacionais, com o objetivo de diminuir a prestação de horas extras, não diminuindo os salários desses servidores, mas diminuindo gradativamente o número excessivo de horas extras prestadas pelos servidores, cumprindo desta forma as determinações do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal de Contas.

Destaca-se também que existiam na gestão anterior, sérios problemas de funcionários desviados de função, o que acarretava o ajuizamento de ação trabalhista para o recebimento de diferenças salariais.

Contudo, nessa nova gestão estão sendo resolvidos os casos de funcionários desviados de sua função originária, função para a qual foram contratados por meio de concurso público, diminuindo assim o número de ações trabalhistas.

Portanto, frisa-se que as ações trabalhistas ajuizadas contra a APPA, são divididas em ações interpostas por funcionários da APPA, ações interpostas por trabalhadores do Sindicato do Bloco e Associação do Bloco, ações interpostas por trabalhadores terceirizados através de firmas contratadas para a limpeza por meio de licitação e ações coletivas.

A partir da gestão do Superintendente Eduardo Requião, observa-se que, no ano de 2003 existiam aproximadamente 3.084 ações trabalhistas, porém, a partir do ano de 2004, verificou-se uma real diminuição do ajuizamento de novas ações trabalhistas, bem como a restituição de valores pagos indevidamente em ações, por meio de execuções contra os reclamantes, e pela apresentação de recursos que vêm diminuindo os valores executados.

13 - Inventário de bens da União

Este processo está sendo feito pela União que na data de 22 de julho do corrente, equipe enviada pelo

Ministério dos Transportes está em Paranaguá para essas providências.

14 - Logística

Ao longo dos anos os portos do Paraná adquiriram vícios em determinadas atividades, que causaram sérios problemas ao gerenciamento de suas atividades. Tal situação arrastou-se por décadas, passando a cada administração um passivo aparentemente impossível de ser administrado. A atual gestão portuária - baseada em princípios éticos, transparentes e de respeito à ordem pública - conseguiu o que muitos ex-administradores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina não conseguiram: sanear as finanças do Porto, honrar compromissos fiscais e sociais e, acima de tudo, resgatar a credibilidade do terminal junto ao comércio internacional.

As questões jurídicas - pendentes durante anos - muitas delas foram solucionadas e outras em fase de conclusão ou, ainda, de análise, mas nenhuma sem que a APPA tenha buscado erradicar o problema da melhor forma sem prejuízos ao erário público.

Assim que teve início, a superintendência da APPA deparou-se com cantinas instaladas nas áreas portuárias, como pátio de triagem, faixa portuária e avenidas de acesso ao Porto. O problema era crônico e histórico. As pseudo-cantinas, na sua grande maioria, não comercializavam alimentos e sim, pessoas. Prostituição, jogos, bebidas alcoólicas, pedofilia. Uma série de contravenções que foram sendo solucionadas pela ação direta da APPA através da Procuradoria Jurídica. Análise do setor mostrou que a antiga administração efetuou contrato com particulares, permitindo o gerenciamento do pátio de triagem de caminhões de pública para privada, fazendo com que fossem cobradas taxas inaceitáveis de hora parada aos caminhoneiros que aguardavam para descarregar ou carregar seus produtos. A gestão Eduardo Requião conseguiu rescindir o contrato, assumindo a administração do pátio de triagem. Os valores cobrados foram regulados, assim como revertidos os problemas de higiene, jogo e prostituição e oferecidos serviços importantes aos caminhoneiros, como assistência médica.

Em relação às cantinas, uma ação judicial movida pela APPA fez com que os comércios irregulares fossem removidos. Os cantineiros que realmente comercializavam alimentos, serão alocados em novos espaços comerciais padronizados que começam a ser construídos nos locais onde estavam instaladas as cantinas irregulares. Projeto levado adiante pela atual administração promoverá a construção de cantinas com total infra-estrutura de atendimento. Os motoristas possuem também maior segurança no trajeto até o porto. Até então eram vítimas de assaltos - uma média de vinte por dia - mas que, com a Operação Safra, contam com maior segurança para suas vidas e para as mercadorias que transportam.

Sem filas

Ainda sobre os problemas enfrentados pelos caminhoneiros, o Porto de Paranaguá via, a cada ano, aumentar o volume de caminhões o longo da BR-277, formando uma fila que chegava a mais de duzentos quilômetros de extensão. Ao contrário do ano passado, quando em abril, a fila chegava a São Luiz do Purunã, neste ano, em nenhum momento registrou-se tal ocorrência.

O problema enfrentado desde o início desta gestão, imputadas ao Porto, é resultado da falta de silos suficientes, fazendo com que caminhões sejam utilizados como silos ambulantes. É importante lembrar que o pátio de triagem não é estacionamento e os armazéns do porto são para fluxo de carga e são ensilagem. Além da falta de silos no interior, a APPA detectou outra situação pertinente ao problema: a falta de nomeação de navios, forçando que a carga tenha sido comercializada antes de chegar ao porto.

Também como medida para resolver de imediato a questão das filas, a APPA vem buscando há mais de um ano adquirir terreno com 296 mil m², localizado no chamado Km 5 da BR-277, uma antiga área pertencente à extinta Rede Ferroviária Federal. Num primeiro momento, o local será usado como um pátio de triagem auxiliar ao existente atualmente, o que não significa, segundo o Superintendente, que a APPA estará disponibilizando um novo estacionamento, como entendem alguns usuários.

Único do Brasil

Somos o único porto do Brasil que, na presença de todos os envolvidos na operação, faz uma reunião de atracação diária, para que sejam definidas a ordem de atracação dos navios e toda a dinâmica operacional. Além dessa reunião diária, há uma outra específica para o complexo corredor de exportação. Nessa, são exigidas, dentre outras condições, a nomeação de cargas para os navios, ou seja, só será permitida a descarga de cargas com nomeação nas moegas. Isso evita um possível "comércio" dentro do Silo Público.

A cota que cada operador tem direito para depósito também é definida nestas reuniões, através do programa "Silog", o qual define 25% para a ACEPAR (Associação dos Cerealistas do Paraná) e os demais 75% são distribuídos nas seguintes proporções: 80% para os operadores sem silo e 20% para os terminais. Essa postura garante o Corredor de Exportação a postura de ser realmente público.

Foram realizados pela Administração Portuária ajustes no sistema Carga On Line, evitando que operadores utilizassem o pátio de triagem para estacionamento particular e obrigando que os caminhoneiros respeitem os horários de entrada e saída do local. Um regulamento criado não permite a permanência dos caminhões mais de 48 horas no pátio.

Uma senha entregue no momento da entrada, aponta o horário exigido para a saída.

RELATÓRIO Nº CF - 005/2004 - SPO
RELATÓRIO FINAL

PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DA
GESTÃO DO CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DOS
PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
APPA - PARANAGUÁ/PR

1. Introdução

Dando continuidade aos procedimentos de fiscalização na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, determinados pela Ordem de Serviço nº 001/2004-SPO, de 30 de janeiro de 2004, a Comissão de Fiscalização apresenta Relatório nº CF - 005/2004-SPO, contendo o resultado da análise procedida na documentação entregue pela APPA em atendimento às providências exigidas para sanar as irregularidades apontadas na Conclusão do Relatório nº CF-004/2004-SPO, de 18.05.2004, relatório e documentos que se encontram inseridos no Processo 50300.000112/2004.

2. Análise da Documentação

As providências exigidas à APPA para atendimento, relacionadas nas conclusões do Relatório nº CF-004/2004-SPO, de 18.05.2004, foram objeto de análise conjunta entre o Engenheiro José Ricardo Ruschel dos Santos, pela ANTAq, e os Srs. Mário Marcondes Lobo Filho e Paulo Moacyr Rocha Filho, pela APPA, em reunião havida na sede daquela Autarquia em 24.06.2004 (Anexo 1).

Na Ata dessa reunião foram transcritas as providências para atendimento contidas nas conclusões do relatório supracitado e as respectivas informações prestadas pela APPA.

Posteriormente, a APPA encaminhou à ANTAq o Ofício nº 227/04-APPA, datado de 12.07.2004 (Anexo 2), por meio do qual aquela Autarquia complementa as informações já prestadas na Ata de Reunião de 24.06.2004, referindo-se aos itens de providências ainda não respondidos naquela Ata por meio de numeração sequencial que adotou.

Assim, para permitir a melhor compreensão das informações prestadas nesses dos documentos ao atendimento das providências contidas nas conclusões do Relatório CF-004/2004-SPO, de 18 de maio de 2004, numerou-se os itens das providências exigidas da mesma forma como o feito pela APPA, transcrevendo-as. A seguir, transcreveu-se a informação prestada pela APPA, para só então emitir a análise do item quanto ao seu atendimento, ou não, devidamente justificada.

Item 1 - Providenciar com urgência a dragagem do porto.

Informação da APPA - Foi homologado por sentença exarada pelo Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá (Anexo 3) o término do litígio havido entre a APPA e a empresa Bandeirantes Draga-

gem e Construção Ltda., tendo sido acordado que volta "a vigor o contrato nº 031, firmado entre esses transacionantes em 03.07.2000, bem como os termos aditivos nº 01, de 11.09.2000, o nº 2, de 26.07.2001 e o nº 3, de 03.04.2003, obrigando-se as partes a darem plena execução, validade e eficácia às suas cláusulas". No entanto, no Ofício nº 227/2004-APPA (anexo 2), a APPA solicita prorrogação de prazo para o atendimento deste item.

Análise - Apesar do acordo informado, a solicitação de prorrogação de prazo para o atendimento ao item demonstra que os serviços de dragagem não foram concluídos. Porém a Administração e a Capitania dos Portos informaram que os serviços de dragagem foram retomados, e que a situação deverá estar normalizada num prazo máximo de dois meses. Portanto, a Comissão entende que o item está sendo atendido.

Item 2 - Providenciar com urgência a manutenção da sinalização náutica.

Encontra-se em andamento processo licitatório para contratação de empresa para a manutenção da sinalização náutica, comprometendo-se a Administração a sanar todo e qualquer problema pontual que venha a acontecer de forma imediata no período que antecede a contratação desses serviços de manutenção (anexo 4).

Análise - Com a abertura do processo licitatório e o compromisso da Administração em responsabilizar-se pela manutenção imediata da sinalização náutica no período que antecede a contratação desses serviços de manutenção, a Comissão entende que o item foi atendido.

Item 3 - Eliminar de forma definitiva as restrições impostas ao embarque de produtos geneticamente modificados no porto de Paranaguá, atendendo à legislação federal que trata sobre a movimentação de soja geneticamente modificada nos portos brasileiros.

Informação da APPA - Foi simplesmente solicitada prorrogação de prazo para o atendimento deste item.

Análise - A informação prestada não apresenta detalhamentos a respeito do desenvolvimento de providências para a eliminação de forma definitiva das restrições impostas ao embarque de produtos geneticamente modificados e, sem maiores justificativas, simplesmente solicita prorrogação de prazo. Portanto, a Comissão entende que o item não foi atendido.

Item 4 - Providenciar com urgência manutenção das instalações portuárias do berço 213 e canaletas de serviço.

Informação da APPA - Já foi contratada empresa especializada para execução dos serviços de recuperação do berço 213, estando as obras em andamento, conforme consta de relatório fotográfico encaminhado em anexo ao Ofício 227/2004-APPA (anexo 5).

Análise - Com a contratação de empresa para a realização das obras de recuperação do berço, conforme

demonstrado pelo relatório fotográfico, a Comissão entende que o item está sendo atendido.

Item 5 - Promover a conservação e limpeza das áreas comuns do porto, realizando a coleta de lixo e dejetos existentes em toda a área portuária e executar a conservação e saneamento das instalações portuárias nas áreas de armazenagem e movimentação de grãos, incluindo a eliminação de roedores.

Informação da APPA - Já foi realizado processo licitatório para contratação de empresa de conservação e limpeza das áreas na faixa do cais e no centro administrativo, tendo sido vencedora a empresa CALSENG - Serviços de Manutenção e Limpeza Ltda, já contratada.

Foi também firmado acordo com cooperativas locais para limpeza e manutenção das áreas do porto, que dispõe no momento de cerca de duzentos trabalhadores como força supletiva para execução desses serviços no Corredor de Exportação e no Silo vertical (anexo 6).

Análise - Com a contratação de empresa de limpeza e conservação e o acordo firmado com o Sindicato dos Trabalhadores de Bloco na Manutenção e Limpeza dos Portos, Embarcações, Terminais Privativos e Retroportuários do Estado do Paraná conforme consta no anexo 5, a Comissão entende que o item foi atendido.

Item 6 - Retirar-se com a maior brevidade da prestação dos serviços portuários.

Informação da APPA - “Considerando que a movimentação de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário são realizadas pelos Operadores Portuários, ou seja, as pessoas jurídicas pré-qualificadas para o exercício dessas operações dentro da área do porto organizado; considerando ainda que o porto não presta serviço como Operador Portuário porque não tem relação direta com nenhum cliente, concluímos que o serviço do porto é a disponibilização da infra-estrutura, cobrando desta forma, tarifas de seus usuários” (anexo 2).

Análise - A Comissão entende que o item foi atendido.

Item 7 - Apresentar seu novo programa de arrendamento de áreas segundo a realidade do Porto.

Informação da APPA - O novo programa de arrendamento de áreas encontra-se ainda em análise pelas diretorias daquela Autarquia.

Análise - A informação prestada não apresenta detalhamentos a respeito do desenvolvimento do programa de arrendamento de áreas e, sem maiores justificativas, simplesmente dá conta que estaria ainda em análise um novo programa de arrendamento de áreas pelas diretorias. Portanto, a Comissão entende que o item não foi devidamente atendido.

Item 8 - Apresentar informações a respeito do arrendamento de áreas e instalações.

Informação da APPA - Como forma de demonstração do atendimento do item a APPA apresentou em anexo ao Ofício nº 227/2004 - APPA os seguintes documentos: Relação dos Arrendatários (Anexo 6); Demonstrativo dos Pagamentos de Arrendamentos de Áreas (Anexo 7) e Destaques (Anexo 8), neste informando, para cada terminal: os empregos diretos gerados nos anos de 2002 e 2003; a movimentação em toneladas, anos de 2002 e 2003; as despesas com manutenção em 2003; os investimentos realizados no ano de 2003; os investimentos programados para o ano de 2004; a receita de arrendamentos, ano de 2003; a participação na receita, ano de 2003; as informações gerais de dados dos imóveis. Declarou, ainda, que nenhum contrato de arrendamento foi aditado desde a edição da Resolução nº 55/2002 da ANTAq.

Análise - A Comissão entende que o item foi atendido.

Item 9 - Promover gestões no sentido de obter as indicações para a comissão que deverá realizar os levantamentos necessários relativos ao Termo de Cessão de Bens da União.

Informação da APPA - Foram apresentados dois documentos. Primeiramente, cópia do Diário Oficial da União de 11.06.2004 (Anexo 9), na qual consta a publicação de Portaria nº 336, de 8.06.2004, do Ministério dos Transportes, constituindo Comissão Especial visando a inventariança, a entrega e o recebimento dos bens da APPA e também cópia da Portaria nº 091-04, do Gabinete da Superintendência da APPA, datada de 7.07.2004 (Anexo 10), designando servidores de seu quadro de pessoal para constituírem o Grupo de Apoio Técnico e Administrativo à Comissão Especial visando a inventariança, a entrega e o recebimento dos bens da APPA.

Análise - Estes documentos comprovam que a APPA efetivamente promoveu as gestões necessárias no sentido de obter as indicações para a realização da inventariança dos bens, conforme exigido neste item e, desse modo, a Comissão entende que o item foi atendido.

Item 10 - Prestar informações à ANTAq sobre a movimentação de embarcações e mercadorias, mensalmente.

Informação da APPA - A informação sobre movimentação de embarcações e mercadorias, que vinham sendo enviadas mensalmente até dezembro de 2003, sofreram interrupção em janeiro de 2004 devido a alterações introduzidas na equipe de informática da autarquia, situação que perdurou até junho próximo passado, mas que já foi sanada, permitindo que essas informações voltassem a ser prestadas dentro da normalidade.

Análise - A Comissão entende que o item foi atendido.

Item 11 - Apresentar sua reestruturação administrativa e organizacional.

Informação da APPA - Foi simplesmente solicitada prorrogação de prazo para o atendimento deste item.

Análise - A informação prestada não apresenta detalhamentos a respeito do desenvolvimento da reestruturação administrativa e organizacional da APPA e, sem maiores justificativas, simplesmente solicita prorrogação de prazo. Portanto, a Comissão entende que o item não foi atendido.

Item 12 - Prestar informações à ANTAq sobre a proteção ao meio ambiente, em especial o andamento da emissão de licença prévia e de operação.

Informação da APPA - No Ofício nº 227/2004 - APPA é informado que os pedidos de Licença Prévia do Cais Oeste e de Operação dos portos de Paranaguá e Antonina já teriam sido encaminhados ao IBAMA e publicados em diários oficiais e jornais de grande circulação, motivo pelo qual é entendido que esses portos já estariam assim regularizados. Também dá conta de um Estudo de Impacto Ambiental que estaria sendo elaborado por empresa de consultoria desde 12.02.2004. Ainda, que o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos estaria em fase final de implantação. E, finalmente, que os planos de ação de desratização e eliminação de pragas urbanas já teriam sido implantados e estariam obtendo excelentes resultados. Como documento referente a este item é apresentado em anexo circular interna da Assessoria dos Assuntos do Mar à Superintendência, CI nº 022/2004, de 18.06.2004 (anexo 11).

Análise - Apesar das alvíssaras, a APPA não apresenta documentação comprobatória das informações prestadas. É preciso voltar a solicitar a apresentação de cópia autenticada das licenças do IBAMA e respectivas publicações no Diário Oficial, sem as quais não têm validade; o contrato de contratação de empresa de consultoria para o desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental e do Plano de Gerenciamento de Resíduos. Por esse motivo, a Comissão entende que o item não foi devidamente atendido.

Item 13 - Monitorar o andamento dos processos no Tribunal de Contas do Estado até a emissão dos pareceres finais, encaminhando-os à ANTAq.

Informação da APPA - Em anexo ao Ofício nº 227/2004-APPA foi encaminhada Certidão Liberatória (Anexo 12), expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com validade até o dia 30.04.2005, que certifica que a APPA encontra-se em situação regular em relação ao artigo 27 da Lei nº 5.615, de 11.08.1967.

Análise - A Lei Estadual nº 5.615, de 11.08.1967, que dispõe sobre a Constituição, competência e outros do Tribunal de Contas do Estado, é a lei orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Rege o artigo 27 dessa lei:

“Art. 27. As entidades de Direito Público ou Privado, que receberam do Estado auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título, serão obrigadas a compro-

var, perante o Tribunal, a aplicação das importâncias recebidas, aos fins a que se destinarem sob pena de suspensão, de novos recebimentos, além das cominações cabíveis aos seus responsáveis legais.”

Portanto, a certificação do Tribunal de Contas de que a APPA encontra-se em situação regular em relação ao artigo 27 da Lei nº 5.615, de 11.08.1967, demonstra que a APPA comprovou, perante aquele Tribunal, a aplicação das importâncias recebidas.

A data de expedição da Certidão Liberatória demonstra que a APPA está monitorando devidamente o andamento dos processos junto àquele Tribunal. Assim, a Comissão entende que o item foi atendido.

Item 14 - Apresentar a documentação que comprove o pagamento das parcelas do parcelamento do débito do INSS.

Informação da APPA - Em anexo ao Ofício nº 227/2004-APPA foi encaminhado o Ofício nº 032/2004-APPA (Anexo 13), de 24.06.2004, firmado pelo Sr. Diretor Administrativo e Financeiro que encaminha “os comprovantes dos recolhimentos efetuados pela APPA para o INSS e PASEP, e declaração emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná que comprova os valores devidos ao INSS estão sendo repassados mensalmente, dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Acordo e compromisso com a SEFA”.

Análise - Conferidos os documentos enviados, a Comissão constatou que, efetivamente, as informações prestadas constam como anexo do Ofício nº 032/2004-APPA. Destarte, a Comissão entende que o item foi atendido.

Item 15 - Apresentar a documentação que comprove o pagamento das parcelas do parcelamento de débito do PASEP.

Informação da APPA - Vide Informação do item 14.

Análise - Vide Análise do item 14.

Item 16 - Apresentar cópia dos contratos de manutenção de bens.

Informação da APPA - Foi simplesmente solicitada prorrogação de prazo para o atendimento deste item.

Análise - Diante da informação prestada, resta à Comissão declarar que o item não foi atendido.

3. Conclusão

Na fiscalização da gestão de administração dos portos de Paranaguá e Antonina, realizadas em conformidade com os termos dos itens 2 e 3 da Cláusula Quarta - “Das Obrigações”, do Convênio nº 037/2001 - delegação para Administração e Exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina, supracitado, a Comissão apontou, nos Relatórios nº CF-01/2004 e CF-02/2004, as irregularidades que vinham sendo cometidas naquela Administração, com o relacionamento das providências a serem adotadas

para sanar aquelas irregularidades e os documentos que deveriam ser apresentados à ANTAq até 23.04.2004.

Após a análise dessa documentação neste Relatório em confronto com a instrução de Procedimento de Fiscalização, a Comissão constatou a correção, total ou parcial, de algumas das irregularidades, que representavam descumprimento do Convênio de Delegação nº 037/2001 pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, executora do referido Convênio.

Essas irregularidades foram apontadas no Relatório nº CF-04/2004, de maio de 2004, tendo sido mais uma vez constatado pela Comissão a correção, total ou parcial, de algumas das irregularidades, persistindo a APPA, no entanto, não atendendo a muitas das providências exigidas.

Novos prazos foram concedidos, que culminaram com a prestação de informações da APPA por meio do Ofício nº 227/04-APPA, de 12.07.2004, que analisadas deram origem a este Relatório nº CF-05/2004, que se constitui no Relatório Final da Comissão de Fiscalização, apesar de não haverem sido atendidas todas as exigências.

Destarte, estão relacionadas a seguir as irregularidades que persistem em relação a cada subitem das obrigações do delegatário contido na Cláusula Quarta do Convênio de Delegação.

Item 3 - Eliminar de forma definitiva as restrições impostas ao embarque de produtos geneticamente modificados no porto de Paranaguá, atendendo à legislação federal que trata sobre a movimentação de soja geneticamente modificada nos portos brasileiros.

* a APPA simplesmente solicita prorrogação de prazo para o atendimento deste item, sem apresentar maiores detalhamentos a respeito do desenvolvimento de providências para a eliminação de forma definitiva das restrições impostas ao embarque de produtos geneticamente modificados.

Item 7 - Apresentar seu novo programa de arrendamento de áreas segundo a realidade do Porto.

* a APPA mais uma vez deixou de apresentar novo programa de arrendamento de áreas segundo a realidade do Porto, como parte integrante do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, simplesmente dando conta de que este estaria ainda em análise pelas diretorias.

Item 11 - Apresentar sua reestruturação administrativa e organizacional.

* a APPA mais uma vez deixou de apresentar sua reestruturação administrativa e organizacional, simplesmente dando conta de que necessita de maior prazo para apresentá-la.

Item 12 - Prestar informações à ANTAq sobre a proteção ao meio ambiente, em especial o andamento da emissão da licença prévia e de operação.

* Apesar de haver informação a obtenção de Licença Prévia do Cais Oeste e de Operação dos portos de Paranaguá e Antonina junto ao IBAMA, o desenvolvimento de Estudos de Impacto Ambiental e de Plano de Gerenciamento de Resíduos, a APPA não apresentou documentação comprobatória dessas informações prestadas.

Item 16 - Apresentar cópia dos contratos de manutenção de bens.

* a APPA mais uma vez deixou de apresentar cópia dos contratos de manutenção de bens patrimoniais, simplesmente dando conta de que necessita de maior prazo para apresentá-los.

Em vista do apurado nos trabalhos de fiscalização acima relatados, a Comissão submete este Relatório ao Sr. Superintendente de Portos para as providências cabíveis.

Brasília, 02 de agosto de 2004.

(aa) JOSÉ RICARDO RUSCHEL DOS SANTOS

Coordenador

PEDRO CARLOS ANTÃO

RIVALDO PINHEIRO DANTAS

MARCOS PAGNONCELLI

Membros

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2112

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são concedidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a cessão do Grande Expediente da Sessão Ordinária do próximo dia 24 de agosto de 2005, para as comemorações do Dia do Soldado - dia 25 de agosto.

Na oportunidade estará presente o Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, General de Divisão, Túlio Cherem.

O Major Sydrião falará na oportunidade, discorrendo sobre o Exército, enfatizando a data especial de 25 de agosto.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2149

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, marcar para a segunda quinzena do corrente mês de agosto, audiência pública para que os Deputados e Deputados estaduais, além do conjunto da sociedade, possam tomar conhecimento e debater a questão criada pela aprovação, no plenário da Câmara dos Deputados, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1153/2004, neste mês de julho, que pretende sustar o convênio

celebrado entre a União e o Estado do Paraná para a exploração e administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e propõe uma administração federal temporária nos referidos portos, para decidir pela denúncia ou manutenção do convênio de delegação, apresentando relatório com suas conclusões ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2147

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de mérito, pela brilhante carreira do jornalista Alexandre Zraik, que faleceu, tragicamente, aos 35 anos, em 29 de julho do ano passado, em acidente de moto, no bairro do Cristo Rei, em Curitiba.

Zraik era conhecido como um dos mais combativos colunistas políticos da Capital, além de comandar, por muitos anos, programas esportivos em rádios e no Canal 4, do Grupo Paulo Pimentel.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família do jornalista.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2111

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM autorização do Plenário para se deslocarem a Brasília no próximo dia 9 de agosto, e comparecerem à audiência pública com a Sra. Maria Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente.

Outrossim, solicito também seja autorizado o deslocamento do funcionário do Gabinete Parlamentar, Osni de Souza Calixto.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, ADEMIR BIER, DUÍLIO GENARI e ELTON CARLOS WELTER.

REQUERIMENTO Nº 2116

Senhor Presidente:

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada a sua participação como palestrante no seminário sobre “O Papel da Mulher no Cenário Político”, que será realizado nos dias 10, 11 e 12 de agosto do corrente ano, na cidade de Foz do Iguaçu, promovida pela Interativa - Instituto Paranaense de Assessoria Pública e Integração de Programa.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 2109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 10 de julho do corrente ano, no Município de Imbituva, da Sra. Isaura Nascimento Anibelli, deixando viúvo o Sr. Dante Alberto Anibelli, quatro filhos e oito netos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2110

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 19 de novembro de 2004, do Sr. Pedro Pereira da Silva (Pedro Pipoqueiro).

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada: Elias Ribeiro da Silva, Rua Rosa Stabile, nº 390 - Apucarana/PR; Ivani Pereira Silva da Luz, Rua José Saraiva Ferreira, nº 52, Capão da Imbuia - CEP 81810-210 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de pesar nos Anais desta Casa, aos familiares de Estephania Freitas Thomazoni (esposa do ex-Deputado Ivo Thomazoni), pelo seu falecimento no dia 31/07/2005, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2141

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Elma Namie Azuma.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2142

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido

o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Alda Oliveira.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Gisele Boletti de Lima da Silva, no último dia 13 de julho.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2143

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alexandre Rocha Filho, o "Mineiro da Folha de Londrina".

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2144

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Benedito Biasi Zanin, no último dia 07 de julho.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Benedito Vieira Rocha, no último dia 08 de julho.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2148

Senhor Presidente:

Voto de pesar pelo falecimento da Sra. Estephania Freitas Thomazoni, ocorrido em data de 31 de julho e sepultada hoje na cidade de Curitiba. Deixa três filhas: Joceli Maria Thomazoni Loyola, Joceani Mara Thomazoni Mayerler, Josley Mari Thomazoni Silva e seis netos.

Solicito envio do presente voto, aos familiares do ex-Deputado Ivo Thomazoni.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoioamento:

Antonio Anibelli.

REQUERIMENTO Nº 2104

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao Jornal de Londrina, que na data de 31 de julho, completou 16 anos de sua primeira edição.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Jornal de Londrina, Edmundo Lemanski, no endereço: Av. Tiradentes, 1370 - Jardim Shangri-lá - Londrina/PR - CEP 80070-000.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Na data de 31 de julho de 1989, foi publicada a primeira edição do Jornal de Londrina. Ao decorrer desses 16 anos, esse conceituado veículo vem nos informando com ética, qualidade e independência editorial, estimulando o exercício da democracia e da cidadania.

Em reconhecimento ao grande trabalho que vem sendo feito em benefício à população paranaense, enviamos votos de congratulações pelo aniversário de dezesseis anos desse estimado jornal.

REQUERIMENTO Nº 2150

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consagração na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, votos de congratulações e sucesso ao Sr. Djalma Ferreira de Aguiar, novo Prefeito do Município de Nova Tebas, Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao congratulado, no endereço: Avenida Belo Horizonte, nº 695, Centro, Nova Tebas - Paraná, CEP 85250-000.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2151

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto

Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, votos de congratulações e sucesso ao Sr. Joaquim Ortiz Neto, novo Prefeito do Município de Mato Rico, Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao congratulado, no endereço: Avenida Principal, s/n, Centro, Mato Rico - Paraná, CEP 85240-000.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2152

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, votos de congratulações e sucesso ao Sr. Manoel Custódio Ramos, novo Prefeito do Município de Fênix, Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao congratulado, no endereço: Rua Jangada, nº 25, Centro - Fênix - Paraná, CEP 86950-000.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2153

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, votos de congratulações e sucesso ao Sr. Laudelino Crivelari, novo Prefeito do Município de Santa Fé, Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao congratulado, no endereço: Avenida Presidente Kennedy, nº 717, Centro, Santa Fé - Paraná, CEP 86770-000.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, votos de congratulações e sucesso ao Sr. Cyllêneo Pessoa Pereira Júnior, novo Prefeito do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao congratulado, no endereço: Praça dos Três Poderes, nº 500, Centro, Mandaguari - Paraná, CEP 86975-000.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2155

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, votos de congratulações e sucesso ao Sr. Amauri Cezar Johnson, novo Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao congratulado, no endereço: Rua Generoso Marques, nº 222, Centro, Rio Branco do Sul - Paraná, CEP 83540-000.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2129

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Gabriela da Silva Machineski.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2135

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Deise Regina Bernardi de Almeida.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Galvão de França.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Márcio Américo.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Eudoxio Pedrini Filho.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2123

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Geremias Moratto.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Luiz Carlos Faustino.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2125

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Rubens Fernando Cabral. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Osvaldo Nobre.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2127

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Oscar Engmann.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Carlos Trannin.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Gilberto Aparecido de Souza.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Osvaldo Capellari.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Esio Luiz Secco.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2133

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Emil Sacca.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2134

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Leandro Bernardi de Almeida.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2136

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Adeval Evangelista Camargo.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2137

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Manoel de Oliveira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2138

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Pedro Caetano.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2140

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. João Paulo Reeberg.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2139

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Rogério Antônio Lopes, Delegado de Polícia de Andirá.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor a aplausos nos Anais desta Casa, ao Sr. Sebastião Rosaldo dos Santos (Educador Rato - Kauande Capoeira), em homenagem ao Dia Nacional do Capoeirista (03 de agosto), pelos relevantes serviços prestados ao esporte, arte e cultura popular brasileira.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor a aplausos nos Anais desta Casa, ao Sr. Luiz Carlos Déa (Educador Mestrando Déa - Kauande Capoeira), em homenagem ao Dia Nacional do Capoeirista (03 de agosto), pelos relevantes serviços prestados ao esporte, arte e cultura popular brasileira.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor a aplausos nos Anais desta Casa, ao Sr. Orlando de Oliveira Júnior (Educador Soneca - Kauande Capoeira), em homenagem ao Dia Nacional do Capoeirista (03 de agosto), pelos relevantes serviços prestados ao esporte, arte e cultura popular brasileira.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor a aplausos nos Anais desta Casa, ao Sr. Lúcio Antonio Verdi (Educador Japonês - Kauande Capoeira), em homenagem ao Dia Nacional do Capoeirista (03 de agosto), pelos rele-

vantes serviços prestados ao esporte, arte e cultura popular brasileira.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor a aplausos nos Anais desta Casa, ao Sr. Alan Park Flaúsino (Educador Frajola - Kauande Capoeira), em homenagem ao Dia Nacional do Capoeirista (03 de agosto), pelos relevantes serviços prestados ao esporte, arte e cultura popular brasileira.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2093

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Orlando Pessuti, a criação de um Fundo Estadual para auxiliar os pequenos agricultores do Estado do Paraná, para fins de custear exames de brucelose e tuberculose, exigidos pela entrada em vigor da Normativa 51, bem como indenizações, para os casos em que o animal tenha que ser abatido, conforme especifica.

1) Subsídio aos pequenos agricultores, que não tenham condições próprias de custear as despesas com os exames exigidos pela Normativa 51, de brucelose e tuberculose no rebanho.

2) Indenizações aos pequenos agricultores, quando os resultados destes exames forem positivos e conseqüentemente exigir o abate do animal.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Exames: com a entrada em vigor da Normativa 51, muitos pequenos agricultores estão tendo dificuldades para permanecer na atividade leiteira, atividade esta que, na maioria das propriedades, é a única fonte de recursos para a manutenção dessas famílias produtoras.

São pequenos agricultores que comercializam pequenas quantidades de leite e que infelizmente não se adaptarão à norma no tempo exigido por ela, por falta de recursos.

A exigência correta e prudente de se fazer exames, que a Normativa 51 traz, infelizmente, não está ao alcance de todos pequenos agricultores e isso não pode motivar a exclusão. Sabemos que não é esse o objetivo da legislação e, por isso, imaginamos que o Estado do Paraná possa subsidiar os pequenos agricultores nas despesas com os exames de brucelose e tuberculose.

Indenizações: a criação deste Fundo servirá também para indenizar as famílias de pequenos agricultores. Será prudente e correta tanto quanto a entrada em vigor da Normativa 51. De imediato, o Estado do Paraná poderia utilizar, depois de executar procedimentos legais, o “Fundo da Aftosa”, criado na década passada, para indenizar as famílias de pequenos agricultores, que terão de abater os animais de sua propriedade por exigência da presente normativa.

Muitos pequenos agricultores financiaram animais para produção do leite e sustento da família e ainda estão devendo ao Banco ou à Cooperativa de Crédito e o pagamento está sendo feito com a comercialização do leite. Se esses agricultores tiverem que abater o animal e o Estado não indenizá-los, certamente muitas destas propriedades serão vendidas e os agricultores poderão vir, até mesmo, a abandonar a atividade produtiva.

O referido pedido justifica-se para que seja possível uma avaliação objetiva do quadro atual dos pequenos agricultores, identificando com precisão, seus custos e benefícios.

REQUERIMENTO Nº 2106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Heron Arzua, Secretário da Fazenda, para solicitar junto aos órgãos competentes do Governo do Estado, objetivando obter autorização para que o Poder Público estadual celebre convênio com as cooperativas de crédito, sem necessidade de conta corrente, para:

- recolhimento de tributos estaduais, repassando-os diretamente ao governo;
- pagamento do funcionalismo público;
- realização de empréstimos aos funcionários públicos, com débito em folha.

Trata-se de uma justa reivindicação do Sr. Geraldo Giacomini, Prefeito Municipal de Renascença e de vários Prefeitos Municipais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, para solicitar junto aos órgãos competentes do Governo do Estado, objetivando obter autorização para que o Poder Público estadual celebre convênio com as cooperativas de crédito, sem necessidade de conta corrente, para:

- recolhimento de tributos estaduais, repassando-os diretamente ao governo;
- pagamento do funcionalismo público;

- realização de empréstimos aos funcionários públicos, com débito em folha.

Trata-se de uma justa reivindicação do Sr. Geraldo Giacomini, Prefeito Municipal de Renascença e de vários Prefeitos Municipais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2113

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a pedido do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, com a concordância do Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, que o Superintendente da APPA - Administração dos Portos de Parana-guá e Antonina, seja convidado para falar à Assembléia, no Grande Expediente de sessão a ser definida pela Mesa, conforme a disponibilidade de data e horário.

Poderá o pronunciamento ser feito em debate com técnicos da ANTAq e o Sr. Deputado Ricardo Barros, se assim concordarem.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Paraná não pode aceitar a entrega da gestão pública e paranaense do nosso porto para o Governo Federal.

Pouca gente no Brasil hoje entregaria alguma coisa sua para Brasília administrar. O desdobramento do movimento “O Porto é nosso”, com suas valiosas informações da APPA a serem colocadas em confronto com relatório da ANTAq - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - motivador da odiosa intervenção proposta pelo Deputado Federal Ricardo Barros, somado às falsas versões divulgadas hoje pela Oposição de que o Porto não estaria cumprindo exigências internacionais de segurança e sanidade, pedem esclarecimento público.

O Paraná precisa saber a verdade por completo sobre o seu Porto público.

A velocidade da informação tem sido inimiga da ética. Assim, o debate com o Superintendente poderá clarear as dúvidas.

REQUERIMENTO Nº 2114

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura, a desapropriação amigável da antiga sede do Clube Curitibano, que julgamos de relevante interesse e indutora de melhor futuro para a gente abençoada do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Clube Curitibano, mais que centenária agremiação fundada pelo Barão do Serro Azul, mantém há anos,

no centro de Curitiba, na esquina das Ruas XV e Barão do Rio Branco, um imóvel histórico desocupado.

Trata-se da antiga sede do Clube Curitibano. Local onde se deram banquete e Baile do Centenário do Paraná, a 19 de dezembro de 1953, em presença do Presidente Getúlio Vargas e do Governador Bento Munhoz da Rocha. Hoje, o imóvel corre risco de abandono e destruição.

Sucedem que a atual Diretoria (conforme documento anexo nº 1), convocou Assembléia Geral dos Associados para deliberar sobre a alienação do imóvel histórico, para o próximo dia 29 de agosto de 2005.

O Presidente do Clube Curitibano, Manoel Diniz Neto, disse-me, em telefonema, que pretende conseguir R\$ 7 milhões pelo prédio.

Pedimos ao IPPUC uma avaliação (documento anexo 2). Pedimos também a avaliação comercial (documento anexo 3) do respectivo imóvel.

O edifício Clube Curitibano tem 10 mil metros quadrados. Nove andares. Dois subsolos. E sua revitalização é crucial para o centro de Curitiba e calçada da Rua das Flores (Rua XV).

Nossa proposta é a seguinte:

- desapropriação amigável do imóvel pelo Governo do Estado;

- instalação ali da Seção de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, para liberar área no prédio cinquentenário da Rua Cândido Lopes, hoje com acervo de 480 mil livros. A Seção de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública tem hoje 43 mil livros sobre o Paraná - muitos deles de raríssimas edições - mais volumosas coleções de 602 títulos de jornais, mais 2332 coleções de revistas, mais 892 álbuns de fotografias históricas, mais 1869 cartazes históricos, mais uma infinidade de micro-filmes;

- instalação também, no mesmo Palácio Curitibano, de equipamentos culturais como: teatro, cinema, confeitaria, lojas de souvenirs, livrarias - no térreo -, e ainda áreas para simpósios e convenções nos subsolos, mais telecentros, mais condomínio de academias e entidades culturais nos andares superiores - sedes da Academia Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, conforme projeto possível que, em 1993, na ocasião dos trezentos anos de Curitiba, enquanto Prefeito da Capital, encomendei ao professor e arquiteto paranaense Rodolfo Doubek Filho.

Curitiba e o Paraná merecem este investimento de futuro. Os recursos investidos na desapropriação mais uns R\$ 5 milhões (estimados, valor a ser conferido por planilha criteriosa) para compra de elevadores novos, restauro do Palácio Curitibano, com suas instalações de eletricidade, hidráulica e informática, darão ao Paraná um Centro Cultural sem precedentes. Faz cinquenta anos que Bento Munhoz da Rocha Neto fez construir a Biblioteca Pública do Paraná onde V. Exa. e este signatário, e multi-dões, se instruíram. Bento, por isso, se fez imortal.

Já é hora de acrescentarmos novo investimento de interesse público na nossa cultura e sua preservação naquilo que temos de mais democrático e precioso. Faça história, Governador Requião!

REQUERIMENTO Nº 2115

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia, que se digne escrever à Secretária de Estado da Cultura, Professora Vera Haj Mussi Augusto, pedindo a S. Exa. que tome providências quanto à designação de local para preservação do acervo da importante pesquisadora e ilustre professora Roselys Vellozo Roderjan, falecida em 16 de dezembro de 2004, e quanto à reativação da Comissão Paranaense de Folclore.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Existe em Curitiba, de posse do filho da pesquisadora, Engenheiro Fernando Vellozo Roderjan, com residência à Avenida Munhoz da Rocha 303, apartamento 2301, CEP 80035-000, no bairro do Cabral, precioso acervo documental da memória popular paranaense, com textos, fotos, filmes e vídeos sobre manifestações como o “Fandango do Litoral”, a “bandeira do Divino”, as “Congadas”, as “Cavalhadas”, os “Bois de Mamão”, “O Pinheiro, o Pinhão e a Gralha Azul”, e ainda temas gastronômicos como “O Barreado”, “A Quirera”, a “Matula Tropeira” e outros temas mais.

O referido material tanto poderá ser agregado ao acervo do Museu de Imagem e do Som, ao do Arquivo Público ou ao venerável Museu Paranaense, na sua biblioteca paranista, bem como na Seção de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública.

Cumpra que a Secretaria da Cultura, dentro de sua missão constitucional e institucional, decida o melhor local para acolhimento da preciosa doação.

Não é demais lembrar a gloriosa trajetória da Professora Roselys Roderjan na sua atenção para com as manifestações populares no Paraná, herança que ela já recebera de seu avô, o Professor Dario Vellozo, criador do “Templo das Musas”, Instituto Neo Pitagórico, na Vila Isabel em Curitiba.

É pensamento clássico que, primeiro nasceu a Poesia - com Omero, depois nasceu a Música e as Matemáticas - com Pitágoras, a Filosofia - com Parmênides, Heráclito e os pré-socráticos, e só então nasceu a Política com Sócrates, Platão e Aristóteles. Deve pois, o poder político, em nome da Civilização, respeitar as raízes da poesia e da música popular.

REQUERIMENTO Nº 2117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Delegado Superintendente da Polícia Federal, Ilmo. Sr. Jaber Makul

Hanna Faadi, solicitando informações dos reais motivos da transferência do Delegado-Chefe da Polícia Federal de Londrina, Dr. Sandro Roberto Viana do Santos.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando informações sobre os Valores Anuais do Orçamento do IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná - e da SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Aldo José Parzianello, solicitando a reintegração de cargo do Agente Penitenciário Douglas Lopes (RG 1.767.069-7 PR), admitido após concurso público em 02.01.1994 e exonerado em 22.02.2005.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando providências sobre notícia veiculada pela imprensa, no último dia 28/07/2005 (HU de Londrina suspende cirurgias de redução de estômago).

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 430/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia Doutor Daisaku Ikeda, a ser comemorado anualmente no dia 24 de agosto.

Art. 2º O Poder Executivo determinará a inclusão dessa data no calendário de comemorações oficiais do Estado.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º.08.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Com intuito de se constituir numa sociedade de criação de valores humanos, em 1930, foi fundada no Japão a Soka Gakkai. Tendo desde sua criação inúmeras participações no cenário mundial, a entidade se destaca na luta pela retomada da dignidade da vida e dos valores básicos dos seres humanos, pela fundação de universidades, centros culturais, museus e promoções de eventos de natureza educacional e artístico.

A Soka Gakkai é oficialmente registrada pela ONU como Organização não Governamental e considerada um movimento de luta pela paz, fundamentado na filosofia budista de Nitirem Daishonin, que defende a teoria de que a vida representa o valor supremo, e não pode ser comprometida ou tomada como um meio para um fim. Todas as suas ações, atividades, nos campos da cultura e da educação, têm como objetivo maior a criação de valores humanos e a proteção da vida contra a violência e a guerra.

A Soka Gakkai Internacional tem como presidente a figura de Daisaki Ikeda. Nascido em 1928 na cidade de Tóquio no Japão, consagrou-se pela temática de “alcançar a paz e prosperidade eternas através da cultura e educação baseadas no espírito do Budismo”.

Ikeda tem feito inúmeras e significativas propostas de paz, bem como uma proposta de fortalecimento de laços entre Estados Unidos e Japão.

O presidente da Soka Gakkai Internacional, Daisaki Ikeda, teve seu trabalho reconhecido por várias entidades internacionais. Em agosto de 1983, foi agraciado com o Prêmio da Paz das Nações Unidas. Em 1987 a ONU lhe conferiu o Título de Mensageiro da Paz e em 1989 o prêmio Humanitário do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados. Devido a todas as suas ações como pessoa e defensor da paz que se pretende incluir o dia 24 de agosto, como Dia Dr. Daisaki Ikeda, no calendário oficial do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 431/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Nilson Tadashi Uhemura.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º.08.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

É com muita honra e satisfação que tomamos a iniciativa legislativa de propor aos nobres Parlamentares

desta Assembléia Legislativa, reais representantes das aspirações do povo paranaense, a aprovação da concessão do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Nilson Tadashi Uhemura, por tratar-se de ato de reconhecimento de elevado mérito, em função dos relevantes serviços prestados por ele ao Estado do Paraná.

Paranaense da cidade de Nova Esperança, nascido em 03 de julho de 1964, filho de Bobuhiro Uhemura e Toshiko Uhemura, formou-se em Medicina pela Universidade Sul Fluminense - RJ, em 1988. Dentre outros cursos que realizou, destacamos: Residência Médica no Hospital Santa Catarina em São Paulo (1º lugar em Clínica Cirúrgica), Cursos de Especialização em Orlando (USA), em Dallas (USA), e em New Orleans (USA) e Membro da American Academy of Ophthalmology, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, da Sociedade Brasileira de Oftalmologia e da Sociedade Brasileira de Administração em Oftalmologia.

Em sua área de atuação, é co-autor do livro "As Bases da Administração em Oftalmologia". É introdutor dos cursos de Aperfeiçoamento de Anel de Ferrara para ceratocone, de Aperfeiçoamento de Lente de Artisan e do Day Clinic em Maringá.

É convidado e palestrante em Congressos Científicos de Oftalmologia, nacionais e internacionais e especializado em cirurgia de cataratas com anestesia tópica.

Em sua jornada profissional, faz, com dedicação e excelência, a prestação de serviços e atende com igualdade às diferentes classes sociais. Trabalha com a mesma qualidade e eficiência nos atendimentos filantrópicos prestados ao Lar São Vicente de Paula (asilo), Lar Santa Luíza Marilack (albergue), Lar Betânia (orfanato), Penitenciária Estadual de Maringá (presidiários) e moradores de Maringá, Sarandi, Paçandu, Nova Esperança, Florai, Colorado entre outras. Estas atividades filantrópicas são desenvolvidas no Instituto de Olhos e fora dele, prestando assim importante e incontestável serviço ao povo paranaense mais carente e humilde.

O exame superficial do *curriculum vitae* dá a perfeita noção da personalidade de destaque que possui o Paraná. Seus trabalhos e realizações sempre proporcionaram o desenvolvimento e modernidade do trato da Medicina na especialidade de Oftalmologia, em benefício do povo.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres Pares com assento nesta casa deliberativa, para procederem os devidos apoios à proposta que ora apresentamos, a fim de reconhecer, em vida, os méritos deste filho do Paraná, que tanto dignifica nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 432/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Público autorizado a instituir, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Proteção

Individual aos Policiais Cíveis e Militares, que consiste na obrigatoriedade do uso de colete à prova de balas, durante o exercício de suas atividades profissionais.

Parágrafo Único. Cada policial civil e militar, deverá receber o seu respectivo colete à prova de balas, de uso individual, incluído nos objetivos elencados no *caput* deste artigo.

Art. 2º Cabe ao Poder Público efetivar as seguintes diretrizes quanto ao colete à prova de balas:

I - adquirir o colete adequado ao risco da atividade policial;

II - exigir o seu uso;

III - fornecer aos policiais cíveis e militares somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

IV - orientar e treinar os policiais cíveis e militares sobre uso adequado, guarda e conservação;

V - substituir imediatamente o colete, quando danificado, extraviado ou vencer o seu prazo de validade;

VI - responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica.

Art. 3º Cabe aos policiais cíveis e militares observar as seguintes diretrizes quanto ao uso individual do colete à prova de balas:

I - usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;

II - responsabilizar-se pela sua guarda e conservação;

III - comunicar aos superiores hierárquicos qualquer alteração que o torne impróprio para uso;

IV - cumprir as determinações sobre o uso adequado.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, indicando os órgãos e unidades que serão responsáveis pela sua fiel execução, devendo enviar esforços para adaptar-se às suas diretrizes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

As mortes de policiais em operações de captura de criminosos, revelam a falta de condições de trabalho a que são submetidos os integrantes dos órgãos de segurança.

No VIII Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção dos Delitos e Tratamento dos Delinquentes, realizado em Havana, em 1990, ficou consignado que os trabalhos desses agentes públicos constitui-se "num ser-

viço social de grande importância”, é preciso manter e, “sempre que necessário, melhorar as suas condições de trabalho”.

Diz o texto das Nações Unidas que a ameaça à vida e à segurança dos agentes encarregados da aplicação da lei “deve ser considerada como uma ameaça à estabilidade de toda a sociedade”. Em muitas das vezes, porque os policiais não estão equipados com elementos de segurança que possam protegê-los, como por exemplo, os coletes à prova de balas.

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXII, “são direitos dos trabalhadores, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”.

O colete à prova de balas é um equipamento imprescindível para os profissionais de segurança, expostos pelas condições de trabalho, vítimas de disparos de armas de fogo, facadas ou golpes. Pela legislação trabalhista, o colete à prova de balas deveria ser considerado um EPI - Equipamento de Proteção Individual. Todo e qualquer trabalhador (da indústria, construção, lavouras, etc.), tem a necessidade de utilizar equipamentos de segurança que o protejam contra os riscos da profissão. Para os operários da construção é necessária a utilização de luvas, óculos, capacetes, etc, para realizar certas atividades que colocam em risco sua integridade física. Da mesma maneira trabalhadores da segurança pública deverão possuir, e estar treinados, para o uso do colete à prova de balas, para se proteger dos riscos de sua profissão.

Os coletes deverão ser de uso individual, por uma questão de higiene e levando-se em consideração a compleição física de cada usuário e a durabilidade do produto. Os coletes deverão ser utilizados durante o respectivo prazo de validade e, findo esse prazo, providenciado um novo colete para o usuário.

Os coletes deverão ser numerados para carga pessoal dos Policiais Cíveis e Militares, tal como ocorre com as armas. Além disso, evitará mortes de policiais em serviço e o Estado ficará livre de qualquer tipo de indenização.

O Governo do Estado não pode continuar insensível a esse problema. Se não houver uma mudança nessa postura, continuaremos a lamentar mortes que poderiam ser evitadas.

PROJETO DE LEI Nº 433/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Sebastião, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente São Sebastião, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços sem distinção de nacionalidade, raça, credo político e religioso.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 434/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Caprinocultores do Paraná - CAPRICAR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

PROJETO DE LEI Nº 435/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Sales, com sede e foro no Município de Moreira Sales.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Sales, com sede e foro no Município de Moreira Sales, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, em condições de saúde física e mental, proporcionando-lhes assistência material moral, intelectual, social e espiritual em condições de liberdade e dignidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 436/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Shekiná - Centro de Reabilitação do Deficiente Físico, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Shekiná - Centro de Reabilitação do Deficiente Físico, com sede e foro no Município de Londrina, tem por finalidade realização de obras assistenciais, beneficentes e de saúde, principalmente às crianças e adolescentes portadores de deficiência física; prestação de serviço de natureza médica, de reabilitação global, de caráter multidisciplinar envolvendo fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, assistência social, nutrição e proporcionar assistência médica gratuita, aos pacientes carentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, subo à tribuna na tarde de hoje para trazer uma denúncia que é de extrema gravidade para a cidade de Londrina. Estamos recebendo informações extra oficiais de que o Delegado Sandro Roberto Vieira dos Santos, titular da Polícia Federal de Londrina estaria sendo transferido da nossa cidade e a sociedade londrinense não pode aceitar passivamente essa transferência e é justamente por isso que estou protocolando um requerimento na tarde de hoje, nesta Mesa Executiva, solicitando informações sobre os reais motivos pelos quais o Delegado titular da Polícia Federal de Londrina estaria sendo transferido da nossa cidade.

Um Delegado que, além de ser londrinense, único Delegado, nascido em Londrina, que chega ao posto mais alto da Polícia Federal em nossa cidade, prestando um relevante serviço à sociedade londrinense e norte paranaense, fazendo, principalmente o combate implacável ao tráfico de drogas, conseguindo obter dados de recorde absoluto em termos de apreensão de cocaína, maconha e outras drogas, no norte do Paraná - que é corredor de passagem da droga que sai do Paraguai e de outros países em direção aos grandes centros - com uma atuação destacada

em outras áreas, principalmente no combate a outros tipos de delitos, não podemos admitir que o Delegado Sandro Roberto Vieira dos Santos seja transferido. Já encaminhei, inclusive, um Ofício ao Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos solicitando a permanência desse Delegado, que tem agrado em cheio aos interesses da coletividade do norte paranaense.

Também estamos nos mobilizando para impedir que o Delegado seja transferido. Ele não aceitou a transferência e agora veio o comunicado que teria que sair de Londrina, assumindo uma Delegacia em Governador Valadares, em Minas Gerais.

Sandro Roberto Vieira dos Santos não aceitou essa transferência e agora estaria sendo levado para a cidade de Maringá, onde ocuparia uma função subalterna, que não a de Delegado.

Quais são os reais motivos pelos quais o Delegado Sandro Roberto Vieira dos Santos estaria sendo afastado da titularidade da Delegacia de Polícia Federal em Londrina, principalmente num momento em que são apuradas denúncias de um suposto caixa 2, por uma ex-colaboradora do Partido dos Trabalhadores? É bem verdade que esses fatos vieram à nota *a posteriori*, veio a informação de que o Delegado seria transferido. Isto para a sociedade não cheira bem, principalmente para a opinião pública. Estariam fazendo algum tipo de ligação com o afastamento do Delegado Sandro com este suposto caixa 2 que está sendo apurado através de inquérito policial na Polícia Federal da cidade de Londrina?

Estamos esperando por esta resposta. Exigimos apuração rápida a respeito desses fatos, mas não podemos admitir que o Delegado Sandro Roberto Vieira dos Santos, por um ato político e não técnico, seja defenestrado da Delegacia da Polícia Federal de Londrina. A sociedade não vai saber compreender, Deputado André Vargas, porque tenho certeza que não há nenhum tipo de conexão no afastamento dele com as apurações desse suposto caixa 2, do PT, na cidade de Londrina.

Portanto, exigimos a resposta e é nesse sentido que fazemos o pronunciamento na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado José Domingos Scarpellini.

(**Declina**)

Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Partido Socialista Brasileiro, no último sábado reuniu 210, dos seus 280 convencionais, onde escolhemos o novo Diretório Estadual, que vai conduzir os rumos do Partido, principalmente em relação à eleição do ano que vem. Foi deliberado pela maioria maciça dos que se faziam presentes, que o PSB do Paraná já tem uma

definição quanto ao projeto estadual do próximo ano. Nós não comungaremos do processo que visa a reeleição do atual Governador do Estado do Paraná.

O PSB se coloca na condição de contribuir para um projeto alternativo ao governo atual, principalmente num momento em que a crise moral e ética que campeia pelas mais diversas siglas partidárias. Não nos colocamos como melhores ou como piores dos que têm uma sigla. Colocamo-nos como sempre fomos: uma alternativa ideológica e filosófica que coloca, não só o Estatuto Partidário como a ideologia do Partido à disposição do povo do Paraná, com relação à crise sistemática e não partidária que hoje corre em todos os meios políticos. A crise não paira somente em Brasília.

Nós, nesse recesso, andamos mais de seis mil e oitocentos quilômetros no interior do Estado. E a população do Paraná, dos mais diversos segmentos, desde professores a policiais, a donas de casa, todos estão generalizando a classe política. Isso é um perigo muito grande, porque ou esta Casa e os Parlamentares se propõem a contribuir para esclarecer essa crise política separando o joio do trigo, ou todos estamos fadados a sermos sepultados na vala comum dos corruptos e dos ladrões que buscam em siglas partidárias um mandato eleitoral para roubar, com o colarinho branco e com a gravata, de forma descarada, a população e os recursos públicos.

Neste sentido, nós do PSB do Estado do Paraná, queremos discutir neste momento, não a crise política de determinado partido, seja ele de direita ou de esquerda, porque afinal de contas não é um único partido que está envolvido. Existem uns que estão mais envolvidos do que outros, mas a crise é sistemática, não é só em relação ao Congresso Nacional.

Estive numa reunião com mais de cem professores que discutiam o plano pedagógico para o segundo semestre. E esses professores me colocaram uma questão simples: como a Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade um projeto da Deputada Luciana Rafagnin que previa o máximo de trinta alunos por sala de aula, e poucos dias depois, aproximadamente quarenta Deputados estaduais votaram contra o mesmo projeto.

Por isso, neste momento, eu que reconheço a história, a índole da Deputada Luciana Rafagnin, saí na defesa numa região que não é a sua região política, mas sabia que tinha defendido naquele momento, mais do que um projeto de sua autoria; defendia a educação do Estado do Paraná, com certeza a melhoria no sistema educacional. E o que a população, no caso os professores que são formadores de opinião, naquele momento, colocaram que queriam vir numa marcha com mais de dez mil professores. E eu coloquei-lhes que não era necessário tanto. Era, sim, necessário que mandassem seus representantes, porque tenho certeza que a Deputada Luciana Rafagnin vai rerepresentar esse projeto e tantos outros projetos que tramitam nesta Casa, de autoria dos mais diversos Parlamentares, das mais diversas siglas que são do interesse da população. É o que a população do Paraná quer saber

neste ano, não no ano que vem - o ano que vem pode ser tarde. Em período eleitoral todos os Vereadores, Deputados estaduais, Deputados federais são professores de política, sabem perfeitamente a função de Deputado e a função de Governador, de Presidente e Prefeito. E depois de chegar aqui nesta Casa, a maioria esquece que é para defender aquilo a que se propôs na campanha.

E muitas vezes o interesse do Executivo predomina sobre o interesse da população. Então, é preciso não só o nosso partido PSB, mas todas as siglas desta Casa que nós voltamos há dois anos e meio atrás quando nós, nas ruas, sabíamos perfeitamente o que viríamos fazer nesta Casa. Infelizmente a população hoje está querendo jogar todo mundo na vala comum. Esse risco não é para os partidos, não é para nós Parlamentares; é um risco para a democracia do Estado do Paraná, porque infelizmente os maus políticos terão recursos para comprar a eleição, e os bons políticos estão aqui defendendo projetos de interesse da população do Paraná, terão com certeza a sua reeleição sacrificada, se não buscarem o compromisso com a transparência.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Antes de iniciar, gostaria de fazer uma lembrança ao Deputado que me antecedeu, Deputado Reni Pereira. A Deputada Luciana Rafagnin quando apresentou o projeto sobre limitação do número de alunos por sala de aula que foi aprovado por unanimidade por esta Casa, mas que na sequência foi vetado e nós, por faltarem três votos, não conseguimos derrubar o veto. Já naquela mesma ocasião informou aqui na Assembleia Legislativa que irá reapresentar o projeto ainda este ano. Certamente, Deputada Luciana, que está aqui ao nosso lado, irá inclusive necessitar de dezoito assinaturas para que possamos reapresentar o projeto. E eu não tenho dúvidas que o senhor será uma das pessoas, uma dos Deputados procurados aqui nesta Casa para assinar o requerimento, para que possamos em nome da bancada, em nome dos Deputados do PT e demais Deputados e Deputadas que queiram assinar esse projeto e rerepresentá-lo.

Então, o senhor pode ter certeza que essa será como sempre foi, o senhor conhece a Deputada Luciana Rafagnin, este será o comportamento da Deputada que tem se debatido para que a educação possa ter um número de alunos dentro das salas de aula, compatível com as possibilidades de serem educados.

Quero também saudar aqui os trabalhadores da saúde que vêm hoje, no dia em que iniciamos os nossos trabalhos, lembrar, Sr. Presidente, duas situações que me parecem que são extremamente necessárias serem debati-

das e atendidas, e certamente o serão por esta Casa: primeiro é a situação que atravessam hoje os nossos aposentados, que estão a bastante tempo numa situação que lhes deixa muitas vezes quase que na miséria, porque há muitos anos não vem acompanhando os reajustes que são dados para os funcionários da ativa, não são dados para os funcionários aposentados, haja vista quando foi paga a gratificação que não acompanhou os mesmos valores que deveriam acompanhar para a ativa, não acompanhou para os aposentados. O problema das trinta horas, Sr. Presidente, que também aprovamos aqui, e que infelizmente após o veto não obtivemos os 28 votos para derubá-lo, e que será, se assim entenderem os trabalhadores da saúde, reapresentado também.

Mas, sejam bem-vindos porque este é o espaço que se faz a luta dos trabalhadores, e sabemos quanto é difícil para muitas das pessoas que estão aqui virem, e certamente este será o quadro lembrado quando tivermos que votar todos os projetos, inclusive o PCCS que diz respeito à saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É de conhecimento de todos o que vem se debatendo, o que vem se colocando na sociedade no Estado do Paraná e no Brasil nos últimos sessenta dias. Nós do Partido dos Trabalhadores entendemos que atravessamos hoje, não apenas o PT, Deputada Elza Correia, mas todos aqueles que fazem política, numa das mais graves crises recentes, e talvez contemporânea da República. Entendemos que o PT hoje tem todas as condições de dar uma resposta, após apurada toda essa crise, uma resposta para a sociedade, porque é isso que a sociedade espera. Não é possível que alguém acredite que as coisas possam ficar na superfície, não é possível, como disse o próprio Presidente do Partido dos Trabalhadores que assumiu após o pedido de afastamento do Deputado Genoíno, não é possível que nós não tenhamos um aprofundamento das investigações dentro do PT, e tenhamos também todo o nosso processo colocado às claras e colocando de uma forma que não reste a menor dúvida sobre de quem, quando e quais foram...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que V. Exa. conclua o seu pronunciamento ou usará o horário da Liderança do seu Partido?

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O SR. TADEU VENERI

Usarei o horário da Liderança. Obrigado.

Não é possível que alguém acredite que nós iremos fazer de conta que estaremos apurando o que hoje ocorre no PT. O PT é um Partido que nesses 25 anos primou por fazer da transparência e da ética um processo que tivesse a marca principal. Sabemos dos problemas que aconteceram, e que não são de hoje, mas os problemas que lamentavelmente aconteceram, Deputado André Vargas, no

nosso Partido, e que nós todos os dias, constrangidos inclusive, estamos acompanhando. Sabemos do afastamento do Delúbio, que era o tesoureiro do PT; sabemos do afastamento, e o porquê do afastamento do Sílvio Pereira, que não foi voluntário, acabou sendo feito por conta de todo o processo; sabemos de outros afastamentos que poderão acontecer, mas sabemos também que este Partido tem um patrimônio na sua militância, tem um patrimônio na sua história, tem um patrimônio construído para o engrandecimento desta República que não será em sessenta, em trinta dias, ou em noventa dias, que desaparecerá.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que vamos buscar fazer neste semestre e nos próximos que virão, será um debate muito franco, muito sério, e provavelmente muito duro, não só com a sociedade, mas com aqueles que porventura entendam que esse Partido, neste caso específico, a sua limitação, e para alguns o seu fim; diferentemente do que acreditam alguns, ou de que gostariam alguns, o PT ainda dará uma contribuição muito grande à nossa sociedade.

O PT ainda fará do debate, do Parlamento, do movimento social um papel diferenciado. Digo isso não para dizer que a crise que atinge o PT seja menor. Não que queiramos dizer que as acusações que foram feitas não devam ser investigadas, ao contrário, devem ser investigadas em sua plenitude como nunca foram. As pessoas responsáveis punidas como nunca foram. As punições no PT têm que ser exemplares. Não é possível que as pessoas ainda pensem que esse partido sobreviverá se não for feito um profundo e duro, talvez o mais duro de sua história, para sabermos quem errou, por que, quando e como errou. Servirá de exemplo para nós, mas servirá para outros partidos e para outras pessoas que queiram ingressar na vida pública.

Depois desse episódio, o país como um todo sobreviverá melhor, porque pela primeira vez um partido está revolvendo em suas entranhas, está apurando aquilo que acontece e o partido sabe dos riscos se assim não o fizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estaremos aqui para ouvir as críticas e sabemos que serão muitas. Não queremos evocar aqui o que aconteceu no passado, porque não será a melhor forma de fazer o debate.

Queremos, sim saber quais os problemas que tivemos, por que eles aconteceram, qual a sua dimensão, e saber que a sociedade nos cobrará duramente se não tivermos sucesso para responder todas as perguntas.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é com muita alegria que estamos iniciando o segundo período legislativo deste ano, que recebemos a visita tanto dos pensionistas quanto dos aposentados do Estado do Paraná.

A pergunta que faço à Mesa é se tem algum horário reservado para que algum representante dos aposentados e pensionistas possa, através da tribuna, explicar as

razões da sua vinda a esta Casa ao conjunto dos Deputados estaduais da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há programado aqui a participação dos representantes dos aposentados.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Então eu requero verbalmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em deferência à solicitação de V. Exa. abriremos um espaço de dez minutos para o representante dos aposentados.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSDB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Veja trouxe aqui uma denúncia de um assunto que é público e notório em todo o Brasil. Mas todos nós temos o dever em todas as Casas Legislativas, na rua, em todos os cantos deste país, de falarmos, porque é uma situação urgente.

Nós estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Sindicalistas que aqui estão, há muito tempo, neste País, vendo a luta do povo brasileiro contra as empresas de telefonia, lutando pela extinção da tarifa básica de telefone. Hoje é cobrado trinta e sete reais e cinquenta centavos de pessoa física e quarenta reais de pessoa jurídica.

Enquanto milhares de famílias, para pagar essa famigerada taxa absurda, já declarada por todos os Parlamentos deste País, deixam de comer uma mistura a mais durante o seu cotidiano mensal, nós vemos um quadro triste e profundamente lamentável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Participei, em Brasília, de três ou quatro reuniões na Comissão de Defesa do Consumidor, os PROCON's do Brasil inteiro se movimentando para extinção dessa famigerada taxa e, eis que o filho do Presidente da República, conhecido como Fábio Luís Lula da Silva, também chamado por Lulinha, mantém um contrato com a TELEMAR, que é a empresa de telefonia que explora os telefones no Norte e Nordeste do Brasil. Em menos de um ano, o Lulinha arrecada da TELEMAR a soma de cinco milhões de reais para a sua empresa, que é uma empresa "mandraque" chamada de GAMECORP. Para fazer o quê, essa empresa GAMECORP do LULinha é contratada pela TELAMAR?

Para fazer alguns ensaios de trabalho que, na verdade, acredito, nunca se realizaram!

O PT Nacional, mergulhado nessa crise de corrupção, tem a coragem de dizer que o Presidente da República não tem conhecimento do mensalão, não tem

conhecimento do que o Valério vinha fazendo, e no entanto, o filho do Presidente da República está aqui com um contrato milionário que, na verdade, a TELEMAR está, ao pagar o filho do Presidente da República, em uma empresa "mandraque", comprando o silêncio do Executivo com relação às taxas de assinatura básica mensal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Brasil Telecom aparece nas listas de contratação da empresa do Valério em mais de cento e cinquenta milhões de reais. Ora, contrato feito com a empresa daquele que distribuía o dinheiro do mensalão! Aí você pega os Correios, que também têm os contratos com a empresa de Telefonia Brasil Telecom, e é outra imensidade de dinheiro que saía dos Correios para o Brasil Telecom e no Brasil inteiro, famílias pobres que muitas vezes ficavam ou ficam sem gás em casa, sem o ovo frito na mistura do meio-dia para poder pagar a taxa!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Já deu um minuto, Deputado Scarpellini.

Solicito ao Deputado Ângelo Vanhoni que encaminhe à Presidência o nome do aposentado que vai fazer a locução aqui.

Solicito à Sra. Norma Ferrari para que possa usar a tribuna por dez minutos.

Sra. Norma Ferrari (Representante dos Aposentados e Pensionistas)

A SRA. NORMA FERRARI

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros aqui presentes.

Mais uma vez estamos voltando a esta tribuna e agora com uma situação desesperadora.

Quando foi feita a reforma do quadro próprio do Poder Executivo ou seja, modificou-se o antigo quadro geral do Estado para o quadro próprio do Poder Executivo, a lei cometeu uma arbitrariedade, inclusive uma questão considerada ilegal hoje no Judiciário, para com os aposentados e os pensionistas.

Este mês de agosto completa dez anos em que os aposentados e pensionistas têm exatamente o mesmo salário.

Acredito que os Srs. Deputados lembrem da legislação que diz que todos seriam enquadrados pelo salário da época em julho de 2002. Só que para os aposentados, parou no enquadramento! Em julho de 2002, a perda salarial no antigo quadro geral do Estado, hoje quadro próprio do Poder Executivo, estava em 70% porque o último reajuste dado no governo Lerner foi em agosto de 95, de 10% o reajuste geral.

Dali para frente este quadro não teve absolutamente mais nada. E a lei disse que só enquadrava e não teria direito a mais nada.

Hoje, agosto de 2005, a perda salarial dos aposentados e pensionistas do quadro próprio do Poder Executivo está em 120% nos cálculos do DIEESE.

Reforço sempre, Srs. Deputados, para que tenham clareza de que se fala em quadro próprio do Poder Executivo, porque foi o único que cometeu essa arbitrariedade para com os aposentados e pensionistas. Em nenhum outro quadro do Poder Executivo que são diversos, existem categorias específicas com quadros próprios, nenhum deles, qualquer modificação, qualquer alteração de carreira que tenha ocorrido, os aposentados e pensionistas não foram prejudicados. Eles receberam as mesmas vantagens concedidas aos ativos, mas, no quadro próprio do Poder Executivo, isso não foi concedido.

O Judiciário tem interpretado que a posição ocupada na tabela anterior, no antigo quadro, teria que ser preservada no enquadramento no quadro próprio do Poder Executivo, o que não foi feito.

E hoje, temos uma situação mais estranha ainda. Poucos grupos que entraram no Judiciário, que já tiveram finalmente decidida a questão, já tiveram a implantação pela equiparação na tabela. Outros processos ainda estão correndo, mas, a maioria, Srs. Deputados, desses servidores que ocupam a base do quadro, que detém os menores salários, sequer tiveram a condição de ingressar no Poder Judiciário, com uma ação para reivindicar esse direito, porque as custas da Justiça são caríssimas e essas pessoas não tiveram essa condição. O salário, defasado da forma como está, as pessoas estão sobrevivendo, não estão mais conseguindo manter sua situação. Para aposentado e pensionista não existe redução em nada - não paga menos o imposto de sua casa, não paga menos o imposto do seu carro, - aquele que o tem -, não paga menos no remédio, nem na alimentação e nem no plano de saúde, para aqueles que ainda o tem.

O que pedimos exatamente? Inclusive passamos um folheto explicando resumidamente a situação. Já sentamos com os Secretários de Estado, mas não conseguimos evoluir na nossa questão. Queremos um espaço com o Governador Requião para discutir esse assunto, uma vez que a Justiça está reconhecendo essa equiparação; temos que conversar. O Estado tem que reconhecer administrativamente esse direito e implantar isso para todos os aposentados e pensionistas do quadro próprio. É aqui que estamos na nossa faixa: "Socorro, Governador". Pedimos, agora, socorro Srs. Deputados, porque infelizmente a lei foi feita nesta Casa, esse artigo passou dessa maneira, e estamos sofrendo essa penalização.

Agradeço muito o espaço.

(Aplausos)

Interpelações:

Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma breve pergunta à representante dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda há tempo, Deputado Vanhoni. São seis minutos e vinte e tem mais três minutos e meio.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Pode nos relatar se há algum entendimento das entidades que representam os servidores públicos no Estado do Paraná, em relação a esta pauta de reivindicações com os pensionistas e aposentados? E esta legislação tem algum entendimento com a Casa Civil, com o Governo do Estado até agora? Tem uma negociação? Tem alguma discussão?

A SRA. NORMA FERRARI

Estamos em marcha e contra-marcha. Sentamos com a Secretária da Administração mais de uma vez. Sentamos com o Secretário Chefe da Casa Civil - a Deputada nos acompanhou. Estivemos na Fazenda. A questão é a seguinte: os Secretários reconhecem isso, mas dizem que não têm forma de resolver. Por isso entendemos que o Governador teria que ter um espaço de uma explicação mais completa do que ocorreu, para que pudessemos ter essa chance.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Uma solicitação que teríamos que fazer é que o Líder do Governo, Deputado Dobrandino, tentasse agendar uma reunião, uma agenda com o próprio Governador, levando os líderes partidários da base aliada, para que essa discussão seja travada com o Governador. Tenho a impressão que o Governador não conhece os pormenores dessa realidade.

A SRA. NORMA FERRARI

Acredito que não, Deputado.

(Manifestação nas galerias)

Acho que os senhores receberam esse documento - agora criamos um movimento intersindical dos aposentados e pensionistas do quadro próprio.

Nisso estamos desencadeando todos esses contatos e ações.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputada Elza. Temos um minuto e meio.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Acho que o nosso Líder do Governo está aqui, Deputado Dobrandino, e gostaríamos de colocar que somos solidários às reivindicações e as achamos mais que justas e compreendemos a importância delas. Com certeza absoluta, a questão que o companheiro coloca, procede. Nós, e como Deputada da base da Situação do

Governo, convocamos isso a vários Secretários. Vamos ter amanhã um encontro com o Governador e colocar essa questão, que tenho certeza absoluta haveremos de buscar um canal de negociação mais direto, para que essa questão seja resolvida. Eu queria manifestar aqui o meu apoio e minha solidariedade, porque entendo como justa a reivindicação, considerando que podemos triplicar as dificuldades de aposentados e pensionistas, porque se os ativos já têm seus problemas - imaginamos as pessoas, conforme a senhora colocou - não existe isenção de nada. Então, com um salário defasado há dez anos, é realmente uma agonia diária que os trabalhadores não ativos sofrem.

Portanto, deixo consignados e registrados a minha solidariedade e meu apoio. E também, não só isso, a tentativa de juntos buscarmos uma negociação mais direta e tentarmos minimizar o problema, pelo menos!

A SRA. NORMA FERRARI

Uma complementação que tanto o Governador é sensível a essa questão, que vimos agora, nesse encaminhamento da questão das Universidades Estaduais, que está sendo falado que o que for passado, vai ser extensivo aos aposentados.

Então, o que foi feito com o quadro próprio é uma exclusividade perversa ao extremo e hoje confirmada a ilegalidade nos Tribunais.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em nome desta Presidência e de todos os Deputados, agradecemos imensamente a participação dos aposentados e pensionistas e também fazendo jus à reivindicação do Deputado Ângelo Vanhoni. Creio que o Deputado Dobrandino, Líder do Governo, possa encaminhar uma reunião com o Governador para tratar deste assunto.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado André Vargas.

Não estando o Deputado André Vargas, passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças:

Fará uso do Horário da Liderança do PDT o Deputado Neivo Beraldin, por dez minutos.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Servidores do Estado, a nossa modesta solidariedade pela justa reivindicação!

Mas, venho à tribuna nesta tarde para relatar aos Srs. Deputados o trabalho que fizemos em relação ao Porto de Paranaguá, isso na condição de Presidente da

Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa e acompanhado pelos membros da Comissão.

Há dois anos atrás, fomos ouvir em audiência pública os trabalhadores do porto, os administradores do porto, e lá conseguimos extrair um relatório, após Audiência Pública nacional que fizemos aqui neste grande Plenário, com a presença do administrador do Porto, Dr. Eduardo Requião, com a presença da ANTAQ, com a presença de todos os terminais privados e todos os terminais, enfim, que têm interesse na operação e na viabilização e na agilidade do Porto de Paranaguá.

Feito esse relatório, aprovado dentro da Comissão, entreguei pessoalmente ao Presidente da CPI do Porto de Paranaguá, Deputado Valdir Rossoni. Confesso a V. Exas. que ainda não tive tempo suficiente para fazer uma leitura do nosso relatório, com o relatório da CPI.

Então, na época, constatamos inúmeras situações e que foram acatadas pela administração do Porto com muita humildade, até certo ponto.

Bem, o Porto vem se desenvolvendo com problema de transgênicos. Discute-se muito a administração do Porto, mas eu não quero entrar no mérito, nem me aprofundar no relatório que presidi, e nem me aprofundar no trabalho feito por uma Comissão Parlamentar de Inquérito específica para analisar o Porto de Paranaguá.

Mas, subo à tribuna hoje, Srs. Deputados, sem que ninguém do Governo, nem Deputado, ninguém ligado à administração atual do Paraná, me pedisse, mas subo à tribuna como cidadão, como Deputado eleito pelo povo do Paraná. E constatando tudo o que a sociedade brasileira está assistindo no rádio, na TV e nos jornais e o que está acontecendo em Brasília, e na condição de paranaense, na condição de Deputado eleito, tenho que defender o meu Estado. Não podemos perder território! Temos que ganhar, ao contrário de perder. Não podemos, por uma eventual disputa política de interesse ao Governo atual ou ao ex-Governador, ou ao futuro, ou o que tem interesse, fazer coro e dizer não à ANTAQ. Os empresários pressionam e nós vamos entregar pacificamente a administração do nosso Porto de Paranaguá para a nossa União Federal?

Isso, na minha concepção, não é possível. Eu subscrevo o abaixo-assinado e vou ajudar naquilo que for possível para acionar os Senadores da República, no sentido de que mantenham o nosso Porto sob a administração da gente do Paraná, minha gente, é da maior importância para este Estado! Lá é onde exportamos a nossa economia e onde importamos aquilo que precisamos! Um Porto é estratégico para um Estado! Um Porto é estratégico para um país! Vocês podem observar o seguinte: onde há um porto, há uma cidade importante. Nova Iorque surgiu assim: surgiu um porto, aí surgiu Nova Iorque. Paranaguá: surgiu o porto, surgiu Paranaguá. Evidentemente que em Santos não foi diferente e no mundo inteiro não é diferente. Depois quer perdemos a autonomia, podem acreditar os senhores, para retomar é muito difícil, porque o Governo Federal vai nomear quem quiser e vai administrar como quiser, e iremos lá com um chapéu na

mão, e evidentemente sairemos prejudicados. E reverter um quadro como este está sendo possível, hoje, graças à turbulência política, graças a um governo que está tonto, perdido completamente, e evidentemente passa despercebida uma importância como essa, que é o Porto de Paranaguá.

Então, fica aqui a minha palavra, fica aqui o meu compromisso de fazer coro ao Governo do Estado do Paraná, não na defesa do Governador, não na defesa da Bancada que dá sustentação ao Governo, mas, sim, na defesa dos interesses do povo do Paraná, porque amanhã, no ano que vem, teremos eleições e podemos estar arrependidos por não termos feito algo mais...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Neivo, V. Exa. é um Deputado inteligente e profundo conhecedor da questão da economia do Estado do Paraná, mas nós não podemos entrar no jogo do Governador. Ninguém quer federalizar o Porto, ninguém quer entregar o Porto para o Governo Federal. Na verdade, o Presidente do PT está dizendo que nem eles querem! O que precisamos é que a Superintendência do Porto, que as pessoas que são responsáveis pelo Porto cumpram com as mínimas exigências que o Porto tem que cumprir, porque não é de graça.

Se você ler o relatório da ANTAq você vai ver o que a ANTAq diz, se você ler o relatório da ANVISA, você vai observar que o seu relatório também exige da Superintendência do Porto algumas medidas - tem a última medida agora que é a questão de segurança - os Estados Unidos exigem algumas questões de segurança para embarcar mercadorias para os Estados Unidos; o Porto não está cumprindo, não fez a concorrência pública!

Então, a verdade é a seguinte: fica muito fácil para o Governador começar com essa história que o porto é nosso. O porto não é do Requião; é do povo do Paraná. O que queremos é que o Porto de Paranaguá cumpra as exigências que a ANTAq, a ANVISA e os órgãos que fiscalizam com os outros portos brasileiros, exigem e cumprem.

O Porto de Paranaguá parece uma ilha, isolada dos portos brasileiros.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Deputado Rossoni, concordo com V. Exa., mas quero dizer que somos partícipes desse processo. Nós representamos o Poder primeiro do Estado.

Então, parece-me prudente. Se há todos esses questionamentos que correspondem com a verdade, teríamos que convocar mais uma audiência pública aqui na Casa...

A Sra. Cida Borghetti (PP)

Deputado, permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Um minuto para que V. Exa. possa concluir, Deputado Neivo.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Então, vou concluir dizendo o seguinte: acho que o Governo do Paraná, a administração do Porto, deveria ser humilde o suficiente para convocar uma audiência pública, podendo trazer...

A Sra. Cida Borghetti (PP)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Está sobre a mesa um requerimento meu pedindo autorização à Assembléia para que o Dr. Eduardo Requião venha a Casa para debater com o Deputado Ricardo Barros e também com quem a ANTAq, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários queira mandar, a pedido do nosso Governador, o Superintendente do Porto concorda em vir, a presença do Sr. Deputado Federal no Plenário pode permitir que ele já defina a data com o cerimonial.

O Governo não tem nada a esconder, está fazendo obras pela metade do preço previsto pelos orçamentos de Brasília e quer trazer o Superintendente do Porto aqui para esclarecer, como ficou esclarecido que a soja que diziam que era roubada não foi roubada, mas era um crime de estelionato...

(vozes paralelas)

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Foi roubada, sim, Deputado Rafael Greca!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Só solicito ao Deputado Neivo que conclua, já passou o tempo.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Vou concluir.

Fizemos esse seminário nacional aqui.

Vou encerrar para não me alongar, porque terminou meu tempo mesmo, para dizer o seguinte: o Porto é nosso, sim. Vamos brigar para mantê-lo nas mãos, sob a administração do Paraná!

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Pela Ordem)

Só queria, Deputado Neivo, Deputado Rafael Greca, dizer que o Presidente Hermas Brandão já enviou ofício solicitando à ANTAq que encaminhe o nome de um representante para que venha a esta Casa, já convidando para uma audiência pública também o Deputado Federal Ricardo Barros, o Deputado Federal Eduardo

Sciarra, os demais Deputados da Bancada do Paraná, os Deputados estaduais que, aliás, o porto também é nosso, é do Paraná, é do Brasil, e por nenhum momento, em nenhuma entrevista, foi falado em federalização, em privatização. Queria deixar isso bastante claro. Queremos, sim, que o Porto de Paranaguá continue sendo um exemplo para o Brasil.

Queria deixar registrado aqui também que o Porto de Santa Catarina, o Porto de São Francisco, aumentou em 300%, bem como o Porto de Santos também praticamente em 40%. Com isso o Porto de Paranaguá perdeu um pouco e eu acho que é preciso recuperar essas perdas. É por isso que esta Casa, o Sr. Presidente está convocando esta audiência pública para que seja debatido com a presença do administrador do Porto, Dr. Eduardo Requião.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há mais questão de ordem a ser decidida sobre esse assunto e gostaria de solicitar aos Deputados que, se for sobre este assunto, que não seja questão de ordem, não haverá como continuar com a palavra.

Fizemos uma deferência especial à Deputada Cida por ter solicitado um aparte ao Deputado Neivo e por ser esposa inclusive do Deputado Ricardo Barros que está discutindo esta questão.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas uma sugestão, dentro da mesma linha de raciocínio da Deputada e dentro daquilo que ouvimos por parte do Deputado Neivo, do Deputado Rafael Greca, nós gostaríamos de sugerir, já que a Mesa, a Presidência desta Casa vai encaminhar expediente convocando representantes da ANTAq e de outros órgãos ligados ao Porto que também encaminhasse um expediente à FAEP para que pudesse vir aqui também participar desta audiência pública.

Esta é a sugestão que estamos encaminhando à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sugestão acatada. V. Exa. terá conhecimento através da Presidência do convite da FAEP.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Eu também estava inscrito e não pude receber o aparte do Deputado Neivo, mas quero dizer a V. Exa. e aos Srs. Deputados o seguinte: esta Casa já havia convidado, a pedido inclusive do Líder do Governo, Deputado Dobrandino, ao Sr. Eduardo Requião, para que viessem aqui. Depois ele desconsiderou isso de maneira muito mal educada, mandou um ofício para o Presidente da Assembléia comunicando que não viria aqui.

O Governador do Paraná entrou com um processo pedindo a cassação do meu mandato dizendo que estávamos caluniando o Porto, coisa que nunca aconteceu.

Agora ouvi o Deputado Greca falar em roubo no Porto de Paranaguá, o único Deputado que falou que o Eduardo Requião estava roubando no Porto de Paranaguá foi o Deputado Greca que disse que ele esteve roubando a varredura do Porto e não repassava para o PROVOPAR! Agora ele vem aqui com uma conversa que falta sinceridade! Quando ouço aquela música: “se você fosse sincera, oh, oh, oh, oh, Aurora”, lembro-me do Deputado Rafael Greca, porque ele fala uma coisa hoje e outra amanhã, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há questão de ordem a decidir.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, no horário do PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, gostaria de contar com a colaboração do som, até porque estou com dificuldade de falar. Estou com problema, não falaria no dia de hoje sobre a questão do Porto, mas até como homenagem ao Deputado Ricardo Barros, faço neste momento uma parte do meu pronunciamento sobre a questão do Porto.

Na verdade o Governador Requião é campeão em distorcer, quando alguém levanta a questão quanto ao problema do Porto. Não é o Deputado Ricardo Barros, não é o Deputado Rossoni que vem, há meses, levantando os problemas do Porto. São relatórios que temos recebido na ANTAq, da ANVISA, do problema de segurança das mercadorias que serão embarcadas para os Estados Unidos.

Não sei se os senhores sabem, mas no mês de setembro o Porto de Paranaguá terá que ter equipamentos de segurança para embarcar mercadorias para os Estados Unidos, sob pena de se não instalarem esses equipamentos, poderá o Porto de Paranaguá estar proibido de embarcar mercadorias para os Estados Unidos. Enquanto isso, aí é que vem a diferença. Esse papo de o Porto é nosso, não tem paranaense que não queira o Porto. Todos nós queremos. É por isso que exigimos que o Governo cumpra a sua parte, porque se o Porto de São Francisco, o Porto de Itajaí, o Porto de Santos, o Porto do Rio Grande do Sul cumprem as exigências feitas pelo Ministério dos Transportes e pelos órgãos competentes, por que o Porto de Paranaguá não pode cumprir? É o que eu disse, a teimosia do Governador faz com que os paranaenses percam muito. O que acontece? O Diretor Superintendente, na verdade, não respeita o Governador. Quando digo não respeita, ele não acata as ordens do Governador. Ao não acatar as ordens do Governador, ele é muito mais teimoso do que o próprio Governador.

Tudo o que a ANTAq escreve, tudo o que a ANVISA escreve, tudo que a área de agricultura fala do Porto de Paranaguá, eles fazem ao contrário. E aí chega a

esse ponto. Porque hoje o Governo Federal só não inter-vém no Porto de Paranaguá há meses, porque este boato estamos ouvindo a meses, a intervenção no Porto, porque o Governo Federal neste momento está combalido, não tem autoridade para se impor, porque certamente ao inventarem essa história de o Porto é nosso, naturalmente se o Ministério dos Transportes intervir no Porto de Paranaguá, com toda razão, certamente o Governador vai criar um outro fato dizendo que o Presidente Lula está trabalhando contra o povo do Paraná, porque neste momento o Governo do Presidente Lula está com dificuldades, sem autoridade, devido a problemas que todos nós sabemos.

Não estou, aqui, fazendo a defesa do Governo Lula, mas na verdade só não houve a intervenção no Porto de Paranaguá devido a esta situação. Então, o que não pode é nós, Parlamentares, entrarmos no canto da sereia e nessa que o Governador está fazendo “o Porto é nosso”.

Ora, quem de nós disse que não quer o Porto para os paranaenses administrarem? Agora, o que queremos é que o Porto de Paranaguá seja bem administrado!

Vou dar aqui alguns números. Por exemplo: no ano passado, segundo a América Latina Logística, 150 mil toneladas por mês o Porto de Santa Catarina carregava; agora aumentou para trezentas mil toneladas. Por que isso? Porque o Governador Requião não cumpre o que a lei determina! Então, hoje os portos de Santa Catarina agradecem. Agradecem, por quê? Porque hoje todos os exportadores estão tendo que ir a Santa Catarina carregar os seus produtos! Está aí a Federação da Agricultura dizendo isso! E eles trabalham com o setor produtivo que está salvando este País. Na hora da crise, quem salva o País é a agricultura. Por esta razão acho que entre perdermos o tempo de estarmos com este papo furado de “o Porto é nosso”.

Primeiro, quero dizer, aqui, em nome da Oposição: ninguém de nós quer que o Porto saia das mãos dos paranaenses, porque, certamente, por mais incompetente que seja o superintendente do Porto, se vier alguém de Brasília vai ser mais incompetente ainda! Preferimos ficar com a incompetência dos paranaenses. Então, vamos parar de gastar dinheiro com esse papo de “O Porto é nosso”! O que nós precisamos é ser sérios no que nós falamos. Vamos falar a verdade à população. Quando a questão é levantada por Parlamentares aqui do Estado, Parlamentares de Oposição, ou pelo Deputado Federal Ricardo Barros ou pelo Deputado Ciarra, a preocupação deles, é a forma como está sendo administrado o Porto de Paranaguá.

Quero dizer aos senhores. Nós temos o relatório da CPI; está muito bem feito. Está completo. É claro que nós não concordamos com alguns pontos do relatório, porque, por exemplo, o sumiço da soja que o ilustre Parlamentar disse que não sumiu, não é verdade. Sumiu! Inclusive marcaram a data para devolver a soja e iriam convidar a CPI para estar presente e o nome do responsável pelo sumiço dessa soja, não foram os pombos, Deputado Justus, que comeram! Foi o Diretor Técnico

chamado Ogarito Linhares! Todos sabem quem é a pessoa responsável. Isso foi carregado num final de semana, sem ordem da Diretoria Técnica, e aí querem dizer que o porto está sendo bem administrado! O problema não é discutir federalização, não é nós entrarmos nesta balela de “O Porto é nosso”. O problema é de responsabilidade, é a direção do Porto ter um compromisso com a população paranaense e ter que cumprir os requisitos exigidos pelos órgãos fiscalizadores dos Portos brasileiros, porque, enquanto a teimosia e a incompetência prevalecem no Porto de Paranaguá, os Portos de Santa Catarina dizem: “Muito obrigado”!

Então, não adianta quererem fazer desta causa, uma bandeira, fazer a bandeira de “O porto é nosso”!

Então, vamos trazer aqui uma bandeira amanhã; somos 54 Deputados. Todos vão empunhar a bandeira “O Porto é nosso”! Agora, nós queremos convidar V. Exa. e tenho certeza que V. Exa. vai encaminhar essa bandeira, vamos empunhar “O Porto é nosso”, mas com competência, não com a inoperância, não com a incompetência, não com a teimosia de não cumprir o que a lei exige.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para concluir.

Então, não vamos entrar nessa de “O Porto é nosso”. Encerro o meu pronunciamento. Sei que o Deputado Rafael Greca vai fazer o seu pronunciamento.

Deputado Rafael Greca, eu teria o prazer e a honra de ouvi-lo, até porque o contraditório é saudável nesse momento, mas gostaria de dar aqui a minha explicação a V. Exa. Dizer que tenho um compromisso. Problemas de saúde. Às quatro horas tenho um compromisso inadiável. Tenho que cuidar um pouquinho do meu coração, mas certamente, amanhã eu tomarei as notas taquigráficas do seu pronunciamento. Darei a maior atenção para que nós possamos aqui travar o bom combate e chegarmos num determinado ponto que possamos ajudar a administrar o Porto de uma forma diferente.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Com relação ao seu pronunciamento, eu só gostaria de dizer o seguinte: quando setembro vier, Paranaguá não vai ficar fora do mundo. Já foi feita a licitação pela metade do preço do orçamento previsto por Brasília, para fazer com que o Porto atenda às exigências internacionais de sanidade e segurança. Brasília previa quatro milhões e cem mil reais. A licitação foi feita por dois milhões, quinhentos e sessenta mil reais.

Passa a usar o horário da Oposição

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu uso o Horário da Liderança da Oposição, apenas dois minutos.

Deputado Rafael Greca eu gostaria de ver se entendi direito o que V. Exa. falou. V. Exa. está dizendo que fizeram uma concorrência pela metade do preço?

O Sr. Rafael Greca (PMDB) (Aparte)

O preço máximo previsto por Brasília.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Previsto por Brasília. Então o senhor está dizendo que o Delúbio passou por aí também?

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Não. O Porto de Paranaguá está rigorosamente em dia com o cronograma.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sim, mas quando o Governo Federal fixa...

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

A nossa licitação atingiu o menor preço do País.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu entendi V. Exa.

Eu só gostaria de fazer um pedido a V. Exa., que pegou esse assunto, para nós debatermos. Se possível, claro que V. Exa. não tem essa obrigação, nos trouxesse essa licitação no dia de amanhã, para que tenhamos conhecimento da homologação dessa licitação, porque temos um prazo até o mês de setembro.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Mas é melhor, Deputado Rossoni. Eu estou pedindo, propondo à Assembléia a vinda do Superintendente do Porto, a pedido do Governador, para esclarecer tudo isso. Se possível em debate com o Deputado Ricardo Barros e alguém da ANTAq.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Da ANVISA também.

Mas eu gostaria, não que eu esteja duvidando da sua palavra, mas se V. Exa. pudesse, amanhã, me trazer esta concorrência pública, já a homologação dessa concorrência pública, porque aí eu terei que fazer um novo pronunciamento.

A informação que eu tenho é de que já teve várias concorrências, nesse caso da segurança do porto e, nunca foi aceita pelo Superintendente. Nós não sabemos por que cargas d'água.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Concorreram nove empresas e uma empresa aqui de Curitiba, que faz a segurança da Transpetro, também.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rossoni, V. Exa. reclama, mas o aparte é concedido por V. Exa.!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. tem dirigido esta Casa com maestria, mas V. Exa. sabe que no Regimento o aparte é permitido apenas uma vez. Agora, se cada vez que eu levanto uma questão há um contraponto, então não há como eu fazer o meu pronunciamento!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. está garantindo a sua palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Por esta razão eu agradeço a V. Exa. e aguardo amanhã este documento que é importantíssimo para a nossa informação, para que possamos continuar com o debate.

Nesta vinda, do Superintendente do Porto, já seria bom convidar o Ogarito Linhares para ele dizer para onde que foi o sumiço da soja, já seria bom nós convidarmos a ANTAq a ANVISA, a FAEP, a Federação das Indústrias. Por que os exportadores estão indo aos outros portos, para exportar as suas mercadorias? Vamos travar aqui um debate com conhecimento, com as áreas do setor produtivo do nosso Estado.

Porque senão, nós vamos entrar nesse problema, o Porto é nosso. Que o porto é nosso todos os paranaenses sabem. O que nós queremos é um porto que tenha direção competente para poder extrair o máximo possível do Porto de Paranaguá e gerando riquezas aos paranaenses.

Agradeço ao Sr. Presidente. Cumprimento o Deputado Ricardo Barros pela intenção. Tenha a certeza absoluta, Deputado Ricardo Barros que os manos devem ter já tido um bate-boca por causa disso, porque o próprio Requião sabe desses problemas do Porto. Ele sabe porque a ANTAq encaminha ao Governador o seu relatório; a ANVISA encaminha.

Por que um funcionário federal vai querer fazer um relatório forjado?

Há meses que esse relatório é do nosso conhecimento, é do conhecimento do Governador. No relatório da CPI tem as outras questões levantadas pela questão da ANVISA e ANTAq. A questão sanitária do Porto é deplorável. Nós temos fotografias da nossa primeira visita; eu voltei estupefocado. E o que aconteceu? Passaram um detergente e agora voltou tudo como era antes!

Encerro o meu pronunciamento, mas aguardo Sr. Presidente. Quero ver essa concorrência pública, porque é muito fácil acusar o Governo Federal neste momento que ele está com a asa quebrada. Quero ver essa concorrência pública, porque a informação que eu tenho é que várias concorrências públicas foram feitas, mas nenhuma foi homologada porque, segundo, não agrada o Diretor do Porto de Paranaguá.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

Liderança do PT: Deputado André Vargas

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos companheiros servidores que já não estão aqui. Mas o nosso apoio, as nossas reivindicações dentro, naturalmente, dos limites do Estado, mas o Estado que está cada vez mais arrecadando certamente poderá prover a necessidade dos servidores da saúde. O homem público deve permanecer à disposição para prestar contas. Já ocupei esse espaço para defender projetos, idéias, o meu partido, o Governo Lula e por vezes projetos no interesse do Governo Requião, com o qual mantenho postura independente.

Em todos os momentos agi com coragem e determinação, mas sempre com sinceridade e cordialidade, principalmente, respeito aos mandatos e instituições.

Hoje quero prestar contas a esta Casa, aos meus companheiros, ao meu Partido e à sociedade paranaense, que tem o direito aos esclarecimentos necessários.

Há mais de quatro anos ocupo a honrosa função de presidir o Partido dos Trabalhadores. Em 2001, quando assumi a função, tínhamos quatro Deputados Estaduais, dois Federais, dez Prefeitos e 145 Vereadores. Estávamos organizados em 173 municípios. Éramos cerca de vinte mil filiados. Hoje somos nove Deputados Estaduais, seis Federais, um Senador, 29 Prefeitos, 255 Vereadores representando mais de cinquenta mil filiados espalhados por 391 municípios neste Estado.

Tive a honra de presidir o PT do Presidente Lula no melhor momento da nossa história. E agora tenho a tarefa de enfrentar, junto com os meus companheiros, a maior crise dos nossos 25 anos de história.

Sem dúvida, com equilíbrio e lisura, é preciso administrar, seja as contas públicas, seja as partidárias. Vale para o PT, vale para todos os Partidos. Assim temos nos esforçado no Paraná desde o surgimento da crise envolvendo dirigentes nossos. Afirmar que no caixa do PT do Paraná não teve ajuda financeira, seja da direção nacional, seja, naturalmente, pelo caixa oficial, ou esse suposto Caixa 2 que foi assumido, lamentavelmente, por um dirigente nosso, já afastado, que certamente será punido nas instâncias partidárias.

Desde essa época tenho acompanhado o esforço de alguns parlamentares da Oposição a nível nacional, por tentar nos vincular nessa crise nacional. As contas municipais, todas elas vêm sendo tratadas de forma absolutamente transparente pelos nossos dirigentes do município com declarações públicas, e se ajuda houve, foram ajudas declaradas.

Nessa época também determinei uma auditoria severa em nossas contas e assumi publicamente a postura de apoio à averiguação de todos os fatos denunciados, inclusive pelo lamentável afastamento de dirigentes históricos nossos.

É bom dizer, primeiro, à nossa oposição, e em especial na nossa cidade de Londrina, buscava vincular-

nos às eleições municipais na crise nacional. Nós somos solidários com a direção nacional, somos solidários com o Presidente Tarso Genro, com o esforço que está fazendo no sentido de resgatar o PT, da total transparência às nossas contas, que vale dizer, deveria ser o procedimento de todos os Partidos envolvidos, da Situação e da Oposição.

Primeiro, para buscar nos vincular, buscar um depoimento do nosso ex-tesoureiro, perguntando se havia ajuda nas campanhas do Paraná. Ele afirmou que sim. Questionado se era Caixa 2 ele não saberia dizer. E eu tenho acompanhado cada município, quando se levanta alguma questão, a forma transparente como os nossos dirigentes, candidatos, lideranças, têm se pronunciado. Afirmou também que ajuda houve para materiais de campanha, camisetas, por exemplo, todas financiadas pelo caixa oficial do PT. A repercussão desejada pela nossa oposição no sentido de nos vincular, Deputado Hermes Fonseca, não deu resultado necessário.

Mas, é claro que não se cansaram de buscar os nossos vínculos. Vínculos inexistentes; não há documentos, não há evidências, mas o Deputado Haully, conforme divulgou a Folha de São Paulo e ele próprio assumiu hoje em entrevista à Rádio Paiquerê, orientou a Sra. Soraya Garcia, ajudante da campanha do Prefeito Nedson, a fazer denúncias de suposto Caixa 2 da campanha do PT de Londrina. Ela procurou o Ministério Público e afirmou haver despesas não contabilizadas da ordem de seis milhões de reais, e que esses recursos viriam do esquema nacional de um grande supermercado, e trazidos e articulados por mim e pelo Deputado Federal Paulo Bernardo. Uma grande mentira! Mesmo orientada pelo Deputado Haully, mesmo sendo instrumento da luta política mais odiosa, nós defendemos a apuração de toda e qualquer declaração dessa cidade.

O Prefeito Nedson declarou gastos de campanha no valor de um milhão, 360 mil reais, enquanto, por exemplo, o nosso adversário declarou gastos de 130 mil reais, sendo que realizou comícios até duas vezes por dia! Todos nós sabemos aqui quanto custa uma campanha eleitoral para Prefeito. Lá, em Londrina, o nosso opositor gastou 131 mil reais, dez vezes menos e realizou comício nos dois turnos! Se a denúncia fosse verdadeira, na hipótese de ser verdadeira, e não é, teríamos gasto não dez vezes, Deputado Dobrandino, mas sim, sessenta vezes mais que o nosso adversário, e teríamos gasto cinco vezes mais que a soma de todos os candidatos, inclusive do Deputado Barbosa Neto, da Deputada Elza Correia, do Deputado Haully, ou seja, seria perceptível uma campanha cinquenta vezes maior do que a do outro, ou cinco vezes maior do que a soma dos demais!

Vale dizer que o valor que ela eventualmente diz, denuncia nessa farsa, significa o valor declarado na última eleição pelo Governador Requião e o Senador Álvaro Dias, juntos, coisa que não caberia na cidade de Londrina! Declara a senhora Soraya, a mando do Deputado Haully, que a campanha recebeu duzentas mil cami-

setas, utilizando como evidência o fato de nós termos declaradamente recebido vinte mil camisetas.

Significa dizer, Deputado Hermes Fonseca, que dois terços do eleitorado londrinense estaria vestido com a nossa camiseta, coisa que quem esteve em Londrina sabe que não ocorreu.

Declara a Sra. Soraya que bastava que este Deputado chegasse a Londrina que o dinheiro do suposto esquema apareceria. Declara não ter provas e nem mesmo presenciado qualquer fato desses. A única evidência que ela usa é que o dia que eu voltava para Londrina, o dinheiro chegava! Eu vou a Londrina toda semana, lá eu moro, aqui eu resido em hotel os dias necessários! Esta é a única evidência! Portanto, uma calúnia que ela responderá, certamente, na Justiça.

Como se trata de uma mentira somente cabível em função do denunciamento barato em curso, acionarei a Justiça para reparar o dano causado. Certamente a imprensa dará à minha defesa o mesmo espaço editorial dado à denúncia. Não tive nenhum contato com essa senhora na época do período eleitoral.

(Lê):

“Há cerca de 25 dias fui procurado pela Sra. Soraya, que se apresentou como uma colaboradora da campanha e disse estar com a mãe doente, filho recém-nascido e que gostaria de arrumar emprego no setor de licitações da SERCOMTEL ou Prefeitura. Afirmar que emprego público não deve servir de paga eleitoral e me comprometi a ajudá-la a conseguir emprego na iniciativa privada. Estava sendo vítima de uma chantagem e não percebi!

Quero chamar a atenção dos companheiros e da sociedade paranaense da forma odiosa que está sendo implementada a luta política em nosso Estado. A apuração profunda e isenta de quaisquer fatos é a única saída para a crise que vivemos, mas recorrer à calúnia, mentindo e denunciando sem provas ou mesmo evidências é um caminho perigoso!

Hoje em Londrina o Deputado Haully assumiu o papel de orientador da Sra. Soraya Garcia e afirmou que há vínculos do suposto Caixa 2 em Londrina com a questão nacional. Sem provas ou evidências. Também afirma que pedirá o cancelamento das eleições de Londrina. O Açodamento do Deputado Haully demonstra o caráter ou a falta dele na luta política.

Ao final quero declarar apoio a toda e qualquer investigação sobre os fatos denunciados e reafirmar que estão à disposição da Justiça os meus sigilos bancários, fiscais e telefônicos. Não temo a verdade, apenas o prejulgo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário do PFL com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvia, durante a Sessão, alguns pronunciamentos em relação ao Porto de Paranaguá.

Embora não seja um especialista na questão portuária e nem na questão de exportação e importação de produtos e mercadorias, mas conhecemos, através das nossas atividades, o dia-a-dia da economia do nosso Estado, e aquilo que acontece, se sucede tanto na exportação quanto na importação via Porto de Paranaguá.

Já usamos esta tribuna, há dois anos passados e fizemos naquela ocasião algumas considerações em relação ao Porto de Paranaguá, antes mesmo da instalação da CPI nesta Casa.

A FAEP, naquela oportunidade, havia feito um trabalho e distribuiu a todos os Parlamentares, mostrando a eficiência ou a ineficiência administrativa do nosso porto.

Mostrou também com números claros e bem detalhados o prêmio que se paga pela eficiência portuária. Naquela ocasião me dei ao luxo de fazer alguns comparativos, porque o Governador Roberto Requião dizia e continua dizendo que o pedágio inviabiliza a agricultura e o agronegócio no nosso Estado.

Disse e volto a dizer aqui nesta Casa, o Governador que prometeu acabar com o pedágio, não acabou e o pedágio aumentou. O Governador disse e continua dizendo que o pedágio inviabiliza a agricultura.

Deputado Antonio Anibelli, V. Exa. que é nosso amigo, companheiro nesta Casa e Líder do Partido do Governador do Estado do Paraná, no ano passado quando a FAEP fez aquele trabalho, fez um levantamento com as rodovias que exploram o pedágio, de Cascavel até o Porto de Paranaguá. Naquela ocasião uma carreta de cinco eixos pagava algo em torno de 300 reais o pedágio, e o Governador disse que esses 300 reais inviabilizaram ou inviabilizam a agricultura e o agronegócio.

No mesmo tempo que o Governador ia para a imprensa dizendo que os 300 reais inviabilizava o agronegócio na agricultura, pagando trezentos reais pelo pedágio de quinhentas sacas de soja. Ao mesmo tempo e no mesmo período, a FAEP fez o balanço e mostrou-nos que o agricultor no Paraná estava recebendo oito reais a menos por saca de soja pelo prêmio que não se pagava no Porto de Paranaguá. Então, se nós considerarmos, é uma conta fácil de fazer: se essa carreta paga trezentos reais de pedágio, quinhentas sacas de soja a oito reais, isso são quatro mil reais. Deputado Durval Amaral, que essa carreta poderia receber a mais! Quatro mil reais não inviabiliza a agricultura, agora, trezentos reais isso inviabiliza a agricultura? Onde é que nós estamos e onde é que nós paramos?

É exatamente na administração do Porto de Paranaguá, trabalho não feito por este Parlamentar, mas o trabalho que se fez, na época, pela FAEP!

Nós dizíamos, naquela época, que o Porto de São Francisco, o Porto de Itajaí e o Porto de Santos estariam muito faceiros porque os exportadores e importadores estavam saindo do Paraná e indo para Santa Catarina e São Paulo. O número que nos apresentou o Deputado Ricardo Barros e o relatório, não foi feito por ele, mas sim pelo Conselho, mostra que nós, é lamentável termos que mostrar isso na Assembléia Legislativa, quanto que o Paraná exportou a menos em soja e trigo nessa safra de 2003 e 2004! O Porto de Paranaguá exportou 8.81% a menos! O que acontece com o Porto de São Francisco? Exportou 326.90% a mais em 2004 em relação a 2003 - 300% a mais! O Porto de Santos, exportou 39,73% a mais e outros portos do Brasil exportaram 126% a mais! Por que isso?

Porque as pessoas saíram do Paraná e foram para os outros portos! Quem perdeu? Eduardo Requião? Governador Roberto Requião? Não! Quem perdeu foi o povo do Paraná; que, perdeu foi o Paraná!

Eu disse que não sou especialista, mas gostaria muito e espero que ainda possa, através desta Assembléia Legislativa, integrar uma Comissão e verificar *in loco* em São Francisco, Itajaí e em Santos, os investimentos que aconteceram nesses portos pelas empresas que exportam a nossa produção, porque quem fez investimento nesses portos não voltará mais para o Paraná. Então, esse prejuízo não é só neste período governamental de Roberto Requião, mas esse prejuízo será permanente para o Estado do Paraná. Aí é que eu pergunto sempre: nós precisamos de administradores que pensam na próxima geração ou nós precisamos de administradores que pensam na próxima eleição?

O Conselho de Autoridade Portuária fez algumas recomendações, e me parece que até o próprio Governo integra esse Conselho, e isso fez com que os deputados pedissem o cancelamento e não a intervenção e nem a privatização do Porto de Paranaguá, mas apenas susta a outorga do Porto de Paranaguá. O Porto não pertence ao Estado. Todos os portos do Brasil pertencem à União. A União outorga a alguém para explorar o Porto de Paranaguá, mas sempre será de propriedade do Governo Federal.

Aí é que nós temos, Deputado Anibelli, esses recursos de quase duzentos milhões de reais no caixa do Porto de Paranaguá. Recursos públicos? Não, são recursos oriundos exatamente do trabalho que se fez e pelas empresas que operam o Porto de Paranaguá. Está muito bem detalhado aqui: algo, hoje, em torno de trinta e cinco a quarenta milhões de reais que formam esse fundo para o Porto de Paranaguá, para que seja reaplicado no melhoramento, na infra-estrutura do Porto de Paranaguá. É esta visão que devemos ter. Então, acredito que o Paraná terá um prejuízo incalculável, em razão eu diria até, da própria teimosia, muitas vezes, de certas pessoas.

Concedo aparte com muito prazer ao Deputado Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. me citou e eu fico honrado em prestar atenção no seu discurso. V. Exa. fez uma comparação entre o pedágio e sei que V. Exa. é contra o pedágio. Não é porque caímos no prêmio do Porto de Paranaguá que vamos somar o prejuízo do pedágio com a perda do prêmio Paranaguá, mas, o Governo do Paraná, Deputado Elio Rusch, a briga toda é por causa daquela licitação do cais oeste em que o Governo Requião pegou o Porto, licitado o cais oeste, com quatrocentos e tantos milhões para se fazer uma obra, e o Governador fez um acordo com o Governo Federal para que ele gerenciasse e pusesse pouco mais dos trezentos milhões que ele vem economizando com a administração séria no Porto de Paranaguá, para fazer uma obra que no Governo Federal custaria quatrocentos e quarenta milhões. Ele vai fazer por cento e cinquenta!

O Governador Requião não pensa na próxima eleição. Se assim o fosse, não favia o que o Lerner fez, vender o BANESTADO, privatizar a COPEL, privatizar a SANEPAR! Não era nada disso! V. Exa. e o povo sabe, que foram investidos 25 quilômetros de estradas dentro de Paranaguá. Nunca se aplicou tanto em favor do Porto de Paranaguá como agora!

Então, é bom que V. Exa. vá para Paranaguá. Nós estivemos na CPI, estivemos lá, vimos as melhoras que ocorreram e que estão ocorrendo. Sabemos, estivemos em Paranaguá no sábado, o apoio da sociedade paranaense e das Federações de Agricultura, do empresariado paranaense. Nós sabemos da luta que o Porto é nosso!

Então, V. Exa. pode estar iludido, ou o seu Partido talvez tenha razão em fazer essa defesa do Deputado Ricardo Barros, mas nós contestamos, porque o Governador vem fazendo um trabalho saneador no Paraná.

O Pedágio da prejuízo ao agricultor? Sim, dá! Todas as estradas transversais do Paraná se acabaram. E hoje no Paraná, a metade das estradas estão recuperadas. V. Exa. sabe o que na sua região o Governo está fazendo.

Obrigado pelo aparte e discordo do seu discurso, mas trago alguns elementos que podem esclarecê-lo.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado Anibelli, V. Exa. traz diversos fatos, de vir falar sobre o BANESTADO. Nós deveríamos falar sobre a COPEL, nós deveríamos falar sobre a SANEPAR, mas V. Exa. com muita inteligência, trouxe esses assuntos à discussão, para querer fazer um paralelo daquilo que o Congresso está fazendo hoje em relação ao Porto de Paranaguá.

Ninguém está falando em privatizar. E se fôssemos falar em privatizar o Banco do Estado, tem que falar porque se privatizou o Banco do Estado, de onde vieram as dívidas, de que Governo veio. E alguém tem que sanar essas dívidas. Quando se falou em privatizar a COPEL,

Deputado Anibelli, V. Exa. sabe muito bem o porquê. E só o futuro dirá se a COPEL pública tem condições de sobreviver. Já disse que vamos discutir sobre esse assunto ainda.

Finalizo, Sr. Presidente. Agradeço por este minuto de tolerância que V. Exa. me dá. Agora, o Porto de Paranaguá, Deputado Anibelli, está sendo ineficiente. Os números mostram isso. As empresas estão saindo do Porto de Paranaguá, estão indo para outros portos.

Aliás, tudo isso poderá ser esclarecido, sim, nessa audiência pública que a Assembléia fará, quando aqui estarão presentes os Deputados Federais, o Superintendente do porto, enfim, todas as empresas que usam o porto, tanto para exportar como para importar. E que a sociedade do Paraná seja efetivamente esclarecida e que não pague o preço e o prejuízo pela inoperância e até muitas vezes pela incompreensão de determinadas pessoas.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PMDB. Com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Vou falar no Horário do PMDB e no Horário da Liderança do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Que estranho ladrão seria esse, o Superintendente do porto, que faz pela metade do preço tudo o que Brasília propõe. É muito interessante essa visão da Oposição de tentar lançar suspeição sobre o irmão do Governador que é Superintendente do porto, quando a própria CPI do Porto lhe deu um aval de honestidade e probidade. Dos cinco votantes da CPI do Porto, quatro votaram a favor do Sr. Eduardo Requião pelo arquivamento da CPI - só um Deputado votou contra. Já avalizado pela Assembléia e pela CPI proposta pelo Deputado Leite, o Superintendente do porto começa a realizar as suas obras.

Eu, que fui a Paranaguá nesses dias do movimento “O Porto é nosso”, vi que as obras são boas. Por exemplo, 25 quilômetros de pavimentação em concreto asfáltico armado nos acesso aos armazéns e aos cais de atracação, onde antes eram roubadas a soja e a carga, porque o caminhão indo lentamente, ficava na mão de salteadores. Agora há a rua de concreto asfáltico armado sem nenhum buraco por esses dias e pelos próximos 40 anos, porque o piso é igual ao que eu fiz nas estações-tubo e ligeirinhos e de biarticulados, em Curitiba. O piso que eu fiz só em um pedacinho para o ônibus frear, o Requião fez em todos os acessos ao Porto de Paranaguá.

Esse estranho ladrão que faz pela metade do preço tudo o que Brasília quer fazer pelo dobro, também foi acusado pelo Deputado Rossoni, em “release” hoje distri-

buído à imprensa, de que pode perder em setembro as condições de operar com os principais portos do mundo, porque não estaria atendendo o ISPS “Code”, o conjunto de dispositivos antiterror estabelecidos pela Organização Marítima Internacional, em 162 países, depois do 12 de setembro.

A verdade é essa: o Rossoni tem que mudar de assessor, porque estão fazendo falar besteira. Porto de Paranaguá está rigorosamente em dia com cronograma do ISPS “Code”. A licitação realizada atingiu o melhor e o menor preço do Brasil - foi a mais barata da República. Brasília previa um preço de quatro milhões e cem mil reais e o Requião fez por dois milhões e 560 mil reais. Licitada a obra de segurança e de dispositivos eletrônicos para o porto, vieram nove empresas e ganhou uma de Curitiba, a mesma que faz o trabalho para a TRANSPETRO.

Há quarenta dias atrás os jornais publicaram que a APPA estava no mesmo nível dos outros portos do Brasil, no atendimento às exigências de sanidade e de segurança.

Hoje eu afirmo que estamos na frente, pela metade do preço, na frente. Esse porto tem a melhor tarifa dentre os portos do Brasil, um dólar e doze por tonelada embarcada, três reais por tonelada. Esse porto tem os melhores índices de competitividade do Brasil. Arrecadou para a Balança Cambial Brasileira, oito bilhões e quatrocentos milhões de dólares no ano passado. Esse porto tem dinheiro em caixa, perto de 190 milhões e é o único porto do Brasil que vai pedir licenciamento ambiental para todas as suas instalações, com um encontro internacional, com representantes da França, das Espanha, da Venezuela, da Argentina, pelo menos de nove países, marcado agora para os próximos dias 08 a 11 de agosto.

Passa a usar o Horário da Liderança do Governo

Esse porto, o nosso porto está sendo questionado por um safado relatório da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - essa é a arma do Deputado Ricardo Barros! Ora, essa arma não nos põe medo! Está toda respondida; vou entregar ao Diário da Assembléia, item por item, as respostas do Governo do Paraná ao relatório ao ANTAq, para que seja publicado, e hoje mesmo, ainda antes do fim do dia, colocarei na internet, em meu site (www.rafaelgreca.org.br) todos os argumentos, porque o que estamos vendo é que há uma grande armação, que talvez o Deputado Ricardo Barros nem nela tenha culpa, mas uma grande armação para dar a Brasília o que pertence ao Paraná.

O Paraná tem dado e Brasília tem tirado! O Paraná dá e Brasília tira! O Brasil inteiro dá e Brasília tira! Você entregaria a sua casa para essa turma de Brasília cuidar? Entregaria a porta da sua casa para essa turma de Brasília cuidar? E disse a mendiga na barraca na Rua XV: “vou assinar depressa, para o dinheiro não ir para a cueca”!

Eu Rafael Greca, sei da importância desse porto para o Paraná e para o Brasil! Sei da importância desta casa, que é a porta do Paraná inteiro. Foi ele, esse porto, que criou o Paraná. Em 1811 a Câmara de Paranaguá gritou, pela primeira vez, pela Província do Paraná, porque queriam levar as cargas para Santos e para São Paulo. Em 1821, diz dona Córdula de França, ela viu Floriano Bento Viana ser preso porque defendia a criação do Paraná e a defesa do Porto de Paranaguá.

Nós, paranaenses, confiamos no nosso Governador, no Governador da metade do preço. E sabemos que o cais oeste está com as obras de derrocagem em curso, licitadas por preço menor do que o previsto no tal dinheiro a fundo perdido que viria de Brasília. Foi assim a conversa entre José Dirceu, Requião e Lula.

Disseram para o Requião: mas você não vai aceitar o dinheiro a fundo perdido para o teu porto? E o Requião disse: Não. Prefiro fazer com dinheiro próprio pela metade do preço ou até mesmo, porque o dinheiro de Brasília também é um dinheiro que pertence ao povo do Paraná, porque o dinheiro de Brasília não é dinheiro perdido - pode ser a fundo perdido, mas não é dinheiro perdido, mas dinheiro de todos os brasileiros.

O que estranha o ladrão é Eduardo Requião, que hoje de manhã disse-me: quero debater com o Ricardo Barros, quero debater com o homem da ANTAQ. Que venham todos aqui, na Casa do Paraná, falar com os paranaenses, que têm a obrigação de defender o Paraná, porque os mesmos Deputados que na CPI endossaram o Eduardo Requião, terão agora que endossar a defesa do nosso Porto!

Nós, do Governo, não tememos trazer Eduardo Requião aqui. Marquem hora e data, porque as autoridades de Brasília podem estar perdidas entre uma CPI e outra, daquelas do careca, da secretária, que vai posar nua...

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Do bingo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Do bingo! Do bingo, porque José Dirceu era assessorado por Valdomiro Diniz, que era assessorado por Nino Pedrosa, que era assessor de Carlinhos Cachoeira. Nino Pedrosa que me denunciou quando propuz colocar os bingos sob o controle da Caixa Econômica Federal!

Eu não tenho medo desse tema! Os que defendiam e defendem o jogo não me põem medo, porque eu sobrevivi a tudo isso e porque eu tenho a verdade do meu lado, como não tem medo também o Secretário Eduardo Requião, nosso Superintendente do Porto, de vir a esta tribuna e a esta Casa dizer o que é lícito e o que é verdadeiro! O Paraná não pode entregar o nosso porto! O povo do Paraná não quer entregar o nosso porto!

A história da soja roubada: em dezembro de 2003, o Eduardo Requião fez a denúncia na Delegacia de Paranaguá sobre o embarque sem lastro de duas mil toneladas

de soja, para ser mais exato, mil, 610 toneladas, que teriam desaparecido do Porto. Fizemos aqui a CPI. O Deputado Leite fez a denúncia. A CPI acabou com quatro Deputados votando pelo seu arquivamento. Teria sido um fiasco para a Oposição, ou não?

Foi um embarque indevido feito pelas empresas Uninave e Nave Cereali, sem ter sequer um quilo de soja estocada no silo público! Tais empresas haviam embarcado essa soja no navio chamado Marina, comprometendo-se a repor e não repuseram! O fato é que o Ministério Público apresentou denúncia contra cinco pessoas responsáveis pelo embarque ilegal de soja por estelionato. A administração do porto acabou com a fila do porto e com a soja de aluguel, aquela que era alugada no silo público. A administração do porto estabeleceu a nomeação do navio e a conseqüente exigência com relação à utilização do pátio de triagem, dando ao porto uma logística competente e transparente. Foi o Eduardo Requião fazer isso para começarem a usar o sagrado nome de Paranaguá em um movimento chamado Pró-Paranaguá para dizer que eram contra a má-administração do porto! O nome de Paranaguá é sagrado, é o berço da nossa terra, é a matriz da nossa história, é a cunha da nossa cultura, não pode ser usado por ladrões para se acobertarem ou acobertarem o que vai de errado! O Governador do Estado não teme, propõe a vinda do seu irmão, o Superintendente do Porto, aqui, para defender a gestão pública do porto, a gestão transparente do porto, a gestão paranaense do porto!

Eu, pessoalmente, acho que é um *capitis diminutio* transformar a discussão da privatização e de federalização em uma fulanização ou em uma discussão da gestão do Eduardo Requião. Eu acho e sei que já ganhei quando propus o movimento. O Porto é Nosso, porque antes era o porto que tinha que ir embora, agora é o Eduardo Requião que tem que ir embora. Daqui a pouco nem ele será, porque nós veremos que ele não pode ser errado, porque não há um estranho ladrão que faça pela metade do preço o que Brasília quer fazer pelo dobro!

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Nobre Deputado, escuto o seu pronunciamento todas as movimentações dentro do Estado do Paraná em cima de o Porto é Nosso. Muito bem, o porto é de nós brasileiros, o porto é dirigido pelo irmão do Governador do Estado do Paraná.

Eu fiz parte da CPI do Porto de Paranaguá, votei contra porque não aceitei.

Vou citar duas das questões: uma delas é que em toda a história do Porto de Paranaguá é a primeira vez que some do silo do Porto, que é obrigação da Superintendência do porto cuidar, duas mil toneladas de grãos de soja. Isso dá trinta e três mil sacas de soja e dá um milhão, preço de hoje, um milhão, 120 mil reais que foram liberados para a empresa UNINAVE e Nave Cere-

ali carregarem um navio sem garantia nenhuma, sem obrigação nenhuma, e eles levaram essa soja embora e até hoje, meus amigos paranaenses e companheiros da Assembléia, não se sabe o que aconteceu e o prejuízo é o paranaense que está pagando, quando lá na CPI pedi para que o Sr. Sadaya, dono da empresa Bandeirantes que denunciava que tinha sido procurado por um empresário paranaense ligado ao Governo do Estado, porque seus dois irmãos, primos que trabalham no Governo que é o Secretário Cláudio Xavier e Pedro Xavier, que é assessor direto do Governador Roberto Requião, e o Maurício Xavier procurou o Sr. Sadaya pedindo para que ele passasse o contrato de dragagem de mais de 10 milhões de reais para ele, porque ele era amigo do rei, ele era amigo do Governador, ele tinha tráfico de influência dentro do Governo do Estado do Paraná e eu pedi para que ele viesse e ele veio e desmentiu tudo aquilo que o dono da Bandeirantes falou, o Sr. Sadaya. Daí eu pedi para que fosse feita uma acareação, vieram, estiveram lá no término da CPI e no momento de fazer a acareação, a maioria dos Deputados componentes da CPI votou contra a acareação, novamente! Ela foi primeiro aprovada e na hora do “pega pra capar” foi a mando do Palácio Iguaçu votado o fim da acareação entre os dois! Denúncia seriíssima, por isso eu não votei.

Vejo o senhor falar aqui do Porto de Paranaguá. Sabe por que não tem fila, Deputado Zucchinho? O senhor conhece a agricultura do Paraná, porque os caminhões de soja foram embora do Paraná, eles estão lá em São Francisco, eles estão lá no Porto de Santos, vou te dar os números: até o dia 30 de junho de 2003, tivemos 163 mil caminhões descarregando soja no Porto de Paranaguá. No ano de 2004, repetiu, 163 mil caminhões. Sabe quantos caminhões descarregaram no ano de 2005, Deputado Greca? Noventa mil caminhões! Foram embora do Paraná! É claro, o Governo do Estado não cumpre a lei! Tem uma lei federal autorizando o plantio, o transporte e a exportação de produtos transgênicos em todo o território brasileiro, mas aqui no Paraná, não se cumpre a lei! O Governador e o seu irmão não cumprem a lei e com isto estamos vendo que os caminhões de soja, que exportavam por Paranaguá, foram embora, foram para Santa Catarina, foram para o Estado de São Paulo, e só para finalizar, Sr. Presidente,...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, eu dei um aparte ao Deputado; não lhe dei um discurso. Peço que me seja facultada a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A palavra está garantida ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, Sr. Deputado Plauto, todas essas questões poderão ser confrontadas com o Superinten-

dente Eduardo Requião que virá aqui, está marcada a data, para o Governo pode ser amanhã, pode ser na semana que vem, eu sugiro a segunda-feira que vem, porque o Deputado Ricardo Barros poderá estar.

Eu quero só concluir dizendo o seguinte...

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Apenas para esclarecer, sou Presidente da Comissão de Obras e Infra-Estrutura da Casa, o Presidente Hermas Brandão está articulando uma audiência com autoridades de Brasília e também, naturalmente, o Eduardo Requião, para debater este assunto. Acho que precisa ter o contraditório.

Então, apenas para que a gente não marque nenhum evento antes da confirmação das chamadas autoridades de Brasília, porque a ANTAq não é um órgão do Governo, como V. Exa. sabe, é um órgão composto por inúmeros membros com mandato, é uma agência reguladora; a ANVISA também é uma agência reguladora.

Portanto, o debate tem que ser sobre racionalidade e acho que uma auditoria, seja do próprio Governo ou seja de uma eventual intervenção, faz bem. Auditoria não faz mal a ninguém.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Para esclarecer, no meu requerimento podem ver sobre a Mesa, nós propomos uma agenda comum aonde o Superintendente do Porto viria atender aos seus alcoses desde Brasília.

Aqui está o relatório da ANTAq totalmente respondido pelo Superintendente do Porto. Vou mandar publicá-lo no Diário da Assembléia e o que eu quero esclarecer é que este Governo nada teme, porque tem ao seu lado a razão de estar zelando pelo bem comum e pelo interesse público.

Que estranho corrupto seria esse que faz pela metade do preço o que em modo federal se quer pelo dobro do preço?

Era isto.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 46 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 030/2005, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando Proposta de Emenda Constitucional, objetivando alterar os artigos 68; 93 a 101 e 106 a 108 e revogar os artigos 103; 104 e parágrafo 1º do artigo 107; e também os artigos 29 e 44, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, todos da

mesma Carta Constitucional. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Relatório de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, que oferece à Mesa as respostas do Superintendente da APPA ao relatório da ANTAq, para publicação no Diário da Assembléia, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2111, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini, Ademir Bier, Duílio Genari e Elton Carlos Welter, constante do expediente, solicitando autorização para se deslocarem a Brasília para comparecer à Audiência Pública com a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2116, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar, como palestrante, do Seminário sobre o Papel da Mulher no Cenário Político, na cidade de Foz do Iguaçu, nos dias 10, 11 e 12 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2093, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2099 a 2103, 2108 e 2112, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2104, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2106, 2107, 2109, 2110 e 2147, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2113 a 2115, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2117 a 2146 e 2156, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2148, de autoria do Deputado Ademar Traiano, com apoio do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2149, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2150 a 2155, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, vi publicamente o Governador Roberto Requião dizer que maquininhas caça-níquel no Paraná não existiriam mais.

No entanto, em todos os municípios que visitei este mês, estão funcionando as maquininhas caça-níquel, por exemplo: Piraquara, Pinhais, etc. E todos os delegados estão sabendo e certamente o Governo está sabendo também. E alguém está levando vantagem nessa questão das maquininhas caça-níquel.

Deixo este alerta para a Casa.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 064/2004, 047, 069, 139, 155, 377 e 388/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 59/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 9363, datado de 11 de novembro de 2003, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar averbar, na Ficha Funcional de MARIA TEREZA MEURER, matrícula nº 40027, ocupante do cargo de Agente Administrativo N-61, lotada no Setor do Diário da Casa, os seguintes períodos de tempo de contribuição, conforme Certidão INSS, em apenso:

I - de acordo com o parágrafo 9º, do artigo 35, da Constituição Federal, para efeito de aposentadoria;

1 - de 01 de março de 1974 a 14 de fevereiro de 1976, em que prestou serviços na CIA Leco de Produtos Alimentícios, no total de um ano, onze meses e quatorze dias.

2- de 01 de setembro de 1976 a 30 de agosto de 1977, em que prestou serviços na Universal Dis. de Utilidades Domésticas Ltda, no total de um ano;

3 - no período de 01 de janeiro de 1978 a 14 de abril de 1979 na Empresa Ivahy de Transportes Ltda., no total de um ano, três meses e quatorze dias;

4 - no período de 16 de abril de 1979 a 30 de abril de 1980 em que prestou serviços nos Hotéis Bandeirantes Ltda., no total de onze meses e dezoito dias;

5 - na Prefeitura de Maringá no período de 08 de abril de 1980 a 30 de setembro de 1985, no total de cinco anos, cinco meses e vinte e três dias,

II - No período de 31 de janeiro de 1986 a 20 de dezembro de 1992, trabalhados na Assembleia Legislativa, no total de seis anos, dez meses e vinte dias, para todos os efeitos legais, de acordo com o parágrafo 9º, do artigo 40, da Constituição Estadual.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.07.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 060/2005

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4843, de 22 de junho de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LIEGE FURIATTI, matrícula nº 40.522, de noventa (90) dias, a partir de 13 de junho de 2005, término 11 de setembro de 2005. CID.10 - f.31.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.07.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 061/2005

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4842, de 22 de junho de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, ANTONIO ALVES DA COSTA, matrícula nº 40.579, de dez (10) dias, a partir de 20 de junho de 2005, término 30 de junho de 2005. CID.10 - I.10 e 78.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.07.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 020/2005 - DAT

O diretor geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901600	2000	100	2.500.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901300	2000	100	2.500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 25.07.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado Nereu Moura

Primeiro Secretário

Procuradoria Geral

Despacho

PARECER Nº 047/2005

PEDIDO DE ADESÃO

Interessado: Irene Costa

Assunto: Pagamento de pensão

Protocolo: 4442/2004

Despacho:

I - Acatado Parecer nº 047/2005 do Gabinete da Procuradoria Geral - Indeferido.

II - À DL:publique-se.

À DA: archive-se.

Em 19.07.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

Programa de Demissão Voluntária

Pedido de Adesão

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

MARIA MADALENA DA SILVA, matrícula nº 40747, endereço: Rua Francisco Durski, 1560; bairro: Centro - cidade de Prudentópolis; CEP: 84.400 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$; CPF: 536.392.009-34; telefone: 3446-1651; lotação: Deputada Arlete Caramês; data de nascimento: 21/04/1962.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 069, de 02 de fevereiro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, no período compreendido entre os dias 15 de fevereiro a 31 de agosto de 2005, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: NUD-02.

Curitiba, 02.05.2005.

(a) MARIA MADALENA DA SILVA

